



ESCOLA BÁSICA E SECUNDÁRIA DE LORDELO

Revista

ECONOMIA

MÓDULO 8 | JULHO 2025 | EDIÇÃO 7

Ano Letivo:

2024/2025

Disciplina:

Economia

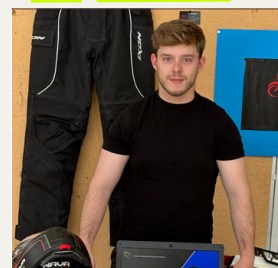
Elaborada por:

12°C - Curso Profissional de Técnico de Comércio

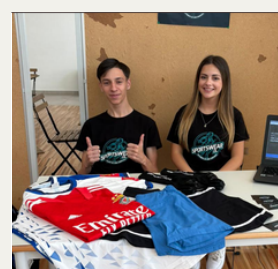
12°D - Curso Profissional de Técnico Administrativo

Índice

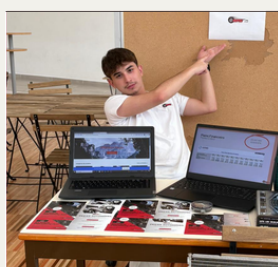
- 03 • Aos meus alunos
- 04 • Práticas Inclusivas
- 05 • O Papel dos SPO na escola
- 06 • Programa Escola Segura
- 07 • Projeto TV LORD
- 08 • Clube de Xadrez
- 10 • Clube Amigos da Petanca de Lordelo
- 11 • Fmotion Dance
- 12 • O Setor do Comércio e Serviços
- 13 • Importância dos ODS para a Economia Portuguesa
- 14 • Viajar pela Europa de Forma Económica
- 16 • Financiamento
- 18 • Os Ciclos Económicos
- 19 • Comércio Internacional
- 20 • Qualificações Digitais em Portugal
- 22 • O Impacto das Qualificações na Produtividade
- 25 • A Integração Económica e os seus Impactos
- 27 • SNS Financiamento e Desafios
- 29 • O Investimento
- 32 • Compras por Impulso
- 33 • A Intervenção do Estado durante e após a Pandemia
- 35 • Desenvolvimento Económico Moderno
- 36 • A Globalização e os Desafios Estratégicos da UE
- 38 • Os Veículos Elétricos em Portugal: Oportunidades e Desafios
- 40 • Ser Jovem Hoje
- 43 • Federação Portuguesa de Futebol



Rui - 12°C



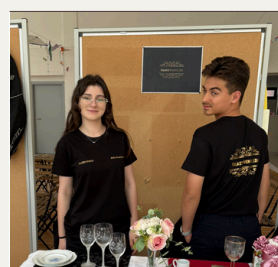
David e Leonor- 12°C



Pedro - 12°C



Francisco e Dinis - 12°C



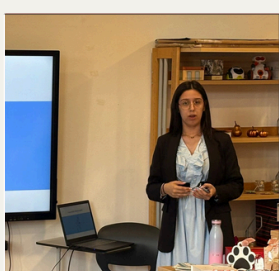
Clara e Henzo - 12°C



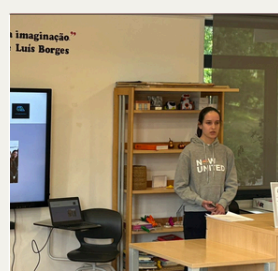
Mara - 12°D



Cláudia - 12°D



Lara - 12°D



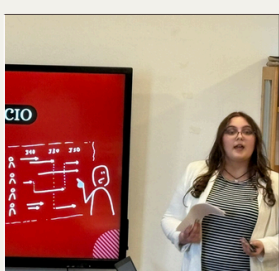
Clara - 12°D



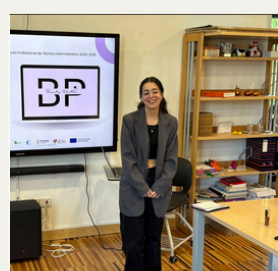
Estrela - 12°D



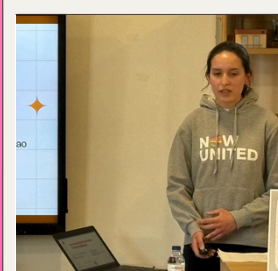
Gonçalo - 12°D



Ana - 12°D



Carolina - 12°D



Isabel - 12°D



Queridos alunos do 12.º C e do 12º D, (Técnico de Comércio e Técnico Administrativo)

Três anos passaram num abrir e fechar de olhos.

Quando penso no vosso percurso, recordo não apenas as aprendizagens formais, mas também os momentos de partilha, as conversas fora das salas, as dificuldades ultrapassadas em conjunto e as conquistas que, pouco a pouco, vos trouxeram até aqui. Hoje, estão prestes a abrir uma nova porta, e é com enorme orgulho que vos vejo preparados para dar o próximo passo — seja ele a continuação dos estudos ou a entrada no mercado de trabalho.

Foram três anos de crescimento, de desafios, de erros que se transformaram em lições e de sucessos que se transformaram em motivação. Cada um de vós carrega agora uma bagagem única, feita de esforço, de resiliência e de sonhos.

Ao longo desta caminhada, aprendemos que o saber não se limita aos manuais; vive-se no respeito, na amizade e na capacidade de recomeçar sempre que for preciso.

A vida que agora vos espera exigirá escolhas, coragem e trabalho. Mas confiem: estão preparados. Desejo-vos que sigam com confiança e esperança, lembrando-se sempre de que não há caminho feito sem esforço, mas também que não há esforço que não seja recompensado. Levem convosco o que aqui viveram — as aprendizagens, os valores, as histórias — e construam, com tudo isso, o futuro que merecem.

Foi uma honra acompanhar-vos.

Com orgulho e carinho,
A Diretora de Turma

Práticas Inclusivas

POR
Susana Ferreira

A Declaração Universal dos Direitos Humanos consagra, no seu artigo 26.º, o direito à educação como um direito universal. A inclusão é, tal como o direito à educação, um direito que abre caminho ao cumprimento e ao aprofundamento de outros direitos. O princípio fundamental das escolas inclusivas consiste em todos os alunos aprenderem juntos, sempre que possível, independentemente das dificuldades e das diferenças que apresentam (Declaração de Salamanca, 1994). O paradigma da escola inclusiva remete-nos para a necessidade de construção de uma escola de qualidade com todos e para todos, numa perspetiva de inclusão e de articulação com as famílias, a comunidade e todos os técnicos envolvidos.

O Agrupamento de Escolas de Lordelo assume como missão prestar à comunidade um serviço público de qualidade, garantindo o direito de cada aluno a uma educação inclusiva, promotora de melhores aprendizagens, de modo a que todos alcancem as competências inscritas no Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória. De entre os recursos organizacionais específicos da escola, sobressai o papel da equipa multidisciplinar de apoio à educação inclusiva (EMAEI) como um recurso que assume um papel crucial na capacitação/sensibilização para a educação inclusiva e para a adoção pela escola de princípios e valores orientados para a inclusão.

No presente ano letivo, perto de uma centena de alunos usufruíram de medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão inscritas num relatório técnico-pedagógico e um número mais alargado teve acesso a medidas universais de suporte à aprendizagem e à inclusão. O trabalho que desenvolvemos tem sempre como ponto de partida as necessidades, interesses e potencialidades de todos e de cada um dos nossos alunos, procurando atender à sua diversidade e encontrando formas de lidar com essa diferença, adequando os processos de ensino às características e condições individuais de cada um, mobilizando os meios de que a escola dispõe para que todos aprendam e participem na vida da comunidade educativa. Um dos pilares fundamentais prende-se com a ação do Centro de Apoio à Aprendizagem (CAA), enquanto estrutura de apoio agregadora de recursos humanos e materiais, com uma estrutura e dinâmica bem organizada, providenciando as respostas educativas mais adequadas no âmbito das medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão adequadas ao perfil dos alunos.



SPO

O Papel do Serviço de Psicologia e Orientação na Escola: Importância, Trabalho e Desafios

POR
Ivone Ribeiro
Psicóloga



O **Serviço de Psicologia e Orientação (SPO)** assume uma função estruturante no ambiente escolar, sendo um recurso essencial ao desenvolvimento integral dos alunos. A sua ação estende-se para além da dimensão académica, intervindo a nível psicológico, emocional, social e vocacional, sempre numa perspetiva preventiva, promotora e de apoio.

Este serviço desenvolve um trabalho multidimensional, centrado no acompanhamento individualizado de alunos com dificuldades de aprendizagem, necessidades educativas específicas ou questões emocionais. Paralelamente, intervém ao nível do desenvolvimento vocacional e profissional, ajudando os jovens a tomar decisões conscientes e informadas quanto ao seu percurso académico e futuro profissional. A sua atuação inclui, ainda, o apoio a docentes e encarregados de educação, promovendo estratégias que favoreçam o sucesso educativo e o equilíbrio emocional dos alunos.

O SPO é também um agente ativo na criação de ambientes escolares mais saudáveis e inclusivos. Desenvolve programas de promoção de competências socioemocionais, de prevenção de comportamentos de risco e de gestão de conflitos, sempre com o objetivo de fomentar o bem-estar e a convivência positiva no espaço escolar.

Contudo, a atuação do SPO não está isenta de desafios. A escassez de profissionais especializados, face à crescente complexidade das situações que surgem nas escolas, é uma das principais dificuldades sentidas. Acresce ainda a elevada carga administrativa e a exigência de uma resposta rápida, eficaz e diferenciada, num contexto onde se cruzam múltiplos fatores sociais, culturais e emocionais.

Apesar destes obstáculos, o trabalho desenvolvido pelo SPO é profundamente impactante e transformador. A sua presença regular nas escolas permite criar relações de confiança e proximidade, fundamentais para uma intervenção eficaz e significativa. Numa sociedade em constante mudança, em que os jovens enfrentam desafios cada vez mais complexos, o SPO revela-se um suporte imprescindível para garantir uma educação mais equitativa, humanizada e promotora do desenvolvimento pleno de cada aluno.



PROGRAMA ESCOLA SEGURA – PORTUGAL

POR
Gonçalo Dinis - 12ºD
Leonor Rocha - 12ºC
David Veloso - 12ºC



Escola Segura - O que é?

O Programa Escola Segura é uma iniciativa do Governo de Portugal criado em 1992, com o objetivo de garantir um ambiente mais seguro dentro e nas imediações dos estabelecimentos de ensino. A sua missão principal é promover a segurança e o bem-estar da comunidade escolar — alunos, professores, funcionários e encarregados de educação — através da prevenção de comportamentos de risco e do reforço da autoridade e presença das forças de segurança junto das escolas.

Este programa surgiu como resposta a uma crescente preocupação social com a violência, o vandalismo, o tráfico de droga e outras situações problemáticas que afetavam o ambiente escolar na década de 90. Para combater estes fenómenos e contribuir para uma escola mais inclusiva e tranquila, foi criada uma estratégia de policiamento de proximidade focada na prevenção e na educação para a cidadania.

O motivo para a criação deste programa está relacionado com a necessidade de garantir um espaço educativo seguro, onde os jovens possam aprender e desenvolver-se livremente, longe de ameaças físicas ou psicológicas. O Escola Segura também desempenha um papel importante na educação para a legalidade e para os valores da convivência democrática, contribuindo assim para a formação cívica dos alunos.

Revista ECONOMIA | Página 6 |

Em Articulação, em prol do Programa

O principal responsável pela implementação do Programa Escola Segura é o Ministério da Administração Interna, através da Polícia de Segurança Pública (PSP) e da Guarda Nacional Republicana (GNR), dependendo da localização das escolas. Estes agentes especializados trabalham em estreita articulação com as direções das escolas, autarquias, serviços de saúde, segurança social e outras entidades da comunidade.



JORNAL

PROJETO TV LORD

Por
Carolina Sousa - 12ºD
Estrela Coelho - 12ºD

Feito para
projetos
que
pretendem
dar luz à
Cultura, ao
Lazer e ao
Desporto,
no AEL!

Criado no início deste ano letivo, o Projeto TV Lord deu os seus primeiros passos através da primeira edição do **JornAEL**, que teve lugar no mês de dezembro, e onde foram dadas a conhecer algumas das atividades desenvolvidas nas 3 escolas do agrupamento, ao longo do primeiro período. O grande objetivo deste projeto passa por desenvolver competências nos alunos em diferentes áreas, particularmente nas áreas da informação e comunicação, pensamento crítico e criativo e sensibilidade estética e criativa. O gosto pelo jornalismo, pela edição de vídeo, som, ou imagem, que possa estar presente em alguns discentes, pode aqui ser colocado em prática e, quem sabe, vir a contribuir para a descoberta de novos talentos nestas áreas.

Neste momento, a TV Lord conta com a colaboração e dedicação dos alunos Beatriz Carvalho, Helena Pinto e Ricardo Sousa, além dos professores Manuel Monteiro, Pedro Tiza, Simão Alves e Teresa Cerqueira. No sentido de fazer crescer ainda mais esta iniciativa, a equipa está recetiva à integração de novos elementos e aberta a sugestões e à partilha de ideias para futuros conteúdos. Participem!



CLUBE DE XADREZ

Agrupamento de Escolas de Lordelo

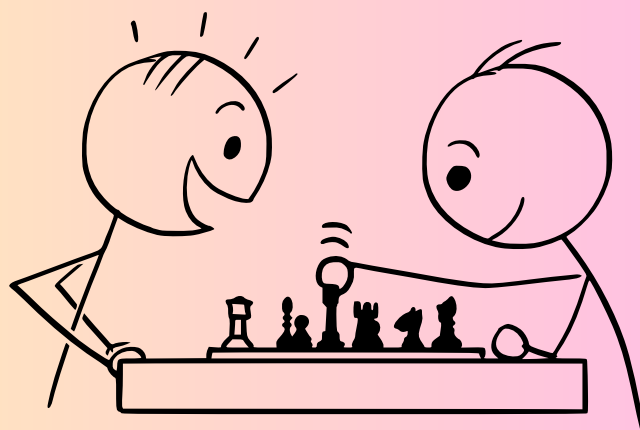
POR
Mara Silva - 12ºD

O Clube de Xadrez existe na nossa escola desde 2021, integrado no Desporto Escolar. Este projeto foi iniciado pela necessidade de diversificar a oferta ao nível de clubes e possibilitar aos alunos a prática de uma atividade que permite:

- O Desenvolvimento do raciocínio lógico: O xadrez exige planeamento, análise de cenários e tomada de decisões estratégicas.
- A Melhoria da concentração e do foco: Durante o jogo, os jogadores precisam manter a atenção nas jogadas e nas estratégias do adversário, o que pode ajudar a melhorar a concentração nos estudos.
- Estimular a criatividade: No xadrez, os jogadores aprendem a pensar fora da caixa e a criar estratégias inovadoras, habilidades que podem ser aplicadas em diversas disciplinas.
- A Aprendizagem de valores importantes: O xadrez aprimora a paciência, a resiliência e o aceite das derrotas como uma oportunidade de crescimento.
- O desenvolvimento de habilidades matemáticas: A análise de posições, padrões e movimentos pode melhorar a compreensão de conceitos matemáticos.
- A melhoria da memória: Memorizar aberturas, jogada e possível resposta ao jogo do oponente no xadrez pode estimular a memória dos alunos.

O Clube de Xadrez funciona no “Polivalente” às segundas e quartas-feiras, às 14 horas, e está aberto a toda a comunidade educativa.





Ao longo dos anos tem sido frequentado por alunos que pretendem aprender a jogar Xadrez de forma regular, bem como outros que têm pouco tempo disponível, mas, em 5 minutos é possível aprender alguma coisa ou jogar uma partida rápida. Além da divulgação nas escolas primárias, também é promovida a formação a professores e pessoal não docente que manifestem o interesse em aprender a modalidade. Na vertente competitiva, o Clube de Xadrez participa em competições com escolas da região do Tâmega e além da adesão de muitos alunos, os resultados têm sido bons. Além de alunos medalhados nos anos anteriores, a nossa escola obteve o 1º Lugar por equipas nos escalões de Infantis e de Iniciados, estando apurados para a Fase final Regional, que se realizará em Lousada no mês de Maio



O nosso aluno Afonso Leal num jogo amigável com Tiago Frutuoso, Campeão Nacional de Xadrez sub-12

Clube Amigos da Petanca de Lordelo

UMA REFERÊNCIANACIOINAL NO DESPORTO POPULAR!

Em Lordelo, o Clube Amigos da Petanca tem-se afirmado como um verdadeiro pilar na promoção e desenvolvimento da petanca, não só a nível local, mas também nacional e internacional. Com uma história marcada pelo dinamismo e dedicação, o clube tem organizado eventos desportivos de relevo e conquistado posições de destaque em competições oficiais. Em 2023, o clube alcançou um dos seus maiores feitos ao conquistar o 3.º lugar no Campeonato Nacional de Triplete. A equipa, composta pelos atletas Guilherme Matos, José Marinho e Augusto Matos, representou com distinção a Associação de Petanca da Zona Norte, reforçando o prestígio da coletividade lordelense.

LORDELO COMO PALCO DE GRANDES TORNEIOS

A cidade tem-se destacado também como anfitriã de importantes torneios, que atraem atletas de várias regiões de Portugal e do estrangeiro. O Torneio Internacional Rota dos Móveis é um dos eventos mais emblemáticos do calendário desportivo local, reunindo, em 2024, um total de 312 atletas distribuídos por 104 equipas oriundas de Portugal, Espanha e França. Outro evento que tem vindo a crescer em notoriedade é o Torneio das Vindimas Rota dos Móveis. Na edição de 2022, participaram 230 atletas, entre homens e mulheres, provenientes de diversas zonas do país e da Galiza, reforçando o intercâmbio desportivo e cultural entre regiões.

INFRAESTRUTURAS EM EXPANSÃO

O Parque Rio Ferreira é atualmente um dos principais espaços dedicados à prática da petanca em Lordelo. Reconhecendo a importância deste desporto para a comunidade, o município de Paredes procedeu, em 2024, à construção de dez novos campos, numa obra executada pelos próprios funcionários camarários. Esta aposta nas infraestruturas reflete o empenho das entidades locais no fortalecimento do desporto como vetor de coesão social.

MAIS DO QUE UM DESPORTO, UMA COMUNIDADE

A petanca em Lordelo vai além da competição. Trata-se de uma atividade que une gerações, promove o convívio e valoriza o espírito de entreajuda e camaradagem. Os torneios organizados são momentos de celebração comunitária, onde atletas e público se encontram num ambiente de partilha e alegria. Com resultados consistentes, eventos de grande visibilidade e um forte enraizamento social, o Clube Amigos da Petanca de Lordelo assume-se como uma referência regional e nacional, projetando a freguesia como um centro de excelência na prática da petanca.

Por
Dinis Sousa - 12°C
Rui Silva - 12°C





• Não tenhas
medo de
Sonhar!



Fmotion Dance

A construir Felicidade há 14 anos!

Por
Cláudia Coelho - 12ºD
Clara Rodrigues - 12ºC

O FmotionDance é uma academia de dança situada em Lordelo! A academia tem 14 anos de existência e veio aproximar a dança de todas as crianças! Oferece turmas que estão estruturadas por idades! A academia Fmotion quer que todas as crianças sejam felizes a dançar! A academia oferece vários estilos de dança que vai do Comercial, ao Contemporâneo, até ao HIP-Hop! Ainda oferece aulas de Ginastica Artística, Yoga, Teatro Musical, MTVDance, BabyGym! Acolhe crianças desde os 18 meses até não há um limite de idade! Só precisam de saber a modalidade com que mais se identificam. O Fmotion Dance é o reflexo da célebre frase: "Quem dança é muito mais feliz!" Participam em tudo o que é de cariz solidário! E levam a sua arte a ajudar todos os que os rodeiam!

O Setor do Comércio e Serviços

Por
Clara Rodrigues - 12°C

O setor do Comércio e Serviços desempenha um papel crucial na economia, sendo um dos principais motores do crescimento económico e da criação de emprego. Este setor abrange diversas áreas, desde a distribuição de bens até à prestação de serviços essenciais como saúde, educação, transportes e turismo. O comércio pode ser definido como a troca de bens e serviços, dividindo-se em dois tipos principais: o comércio a retalho e o comércio por grosso. O comércio a retalho envolve a venda direta ao consumidor final, ocorrendo em lojas físicas, supermercados e centros comerciais. Já o comércio por grosso centra-se na distribuição de grandes quantidades de produtos para revendedores, permitindo que os bens cheguem ao consumidor final de forma eficiente.

O setor do Comércio e Serviços é fundamental para a economia portuguesa, contribuindo significativamente para o PIB e para a criação de emprego. Com a globalização e a digitalização, este setor tem evoluído rapidamente, transformando a forma como consumidores e empresas interagem. Nos últimos anos, o comércio eletrónico (e-commerce) tem registado um crescimento significativo devido à sua conveniência e acessibilidade. No entanto, este modelo representa um desafio para os pequenos comerciantes, que apostam na personalização, na qualidade dos produtos e no comércio local para se manterem competitivos.

Os serviços complementam o comércio e abrangem áreas essenciais como a saúde, a educação, os transportes e o turismo. A inovação tem impulsionado o setor da saúde, com avanços como a telemedicina, que facilita o acesso a consultas à distância. A educação tem acompanhado a digitalização, promovendo novas formas de ensino, como cursos online e formação contínua, essenciais para o mercado de trabalho. Os transportes são indispensáveis para a circulação eficiente de bens e pessoas, cada vez mais focados na sustentabilidade, com investimentos em infraestruturas modernas e mobilidade ecológica. O turismo é um dos setores mais dinâmicos da economia portuguesa, impulsionando o comércio local e a restauração. No entanto, enfrenta desafios como a sazonalidade e a necessidade de promover um turismo mais sustentável e responsável.

Historicamente, o comércio evoluiu desde os tempos do escambo e do uso das primeiras moedas, passando pelo mercantilismo e pelo impacto da colonização nas trocas comerciais globais. A Revolução Industrial acelerou este processo, permitindo a expansão do comércio internacional e a diversificação dos serviços.

Atualmente, a digitalização e a globalização continuam a transformar as dinâmicas comerciais. O setor enfrenta desafios e oportunidades na atualidade. A transformação digital exige que as empresas se adaptem às novas tecnologias, com o e-commerce e os serviços digitais a assumirem um papel central. Além disso, a sustentabilidade tornou-se uma prioridade, com os consumidores a procurarem empresas mais responsáveis e preocupadas com o meio ambiente.

Impacto do Comércio e Serviços no PIB



O gráfico representa o impacto do setor do Comércio e Serviços no PIB, com o comércio a retalho a liderar com 25%, seguido do comércio por grosso com 20%. O comércio eletrónico e o turismo, ambos com 15%, refletem a modernização do setor. Os transportes, com 10%, asseguram a circulação de bens e pessoas. A saúde e a educação, com 8% e 7% respetivamente, são fundamentais para o bem-estar e a qualificação da população. O setor revela-se essencial para a economia, combinando tradição e inovação para um crescimento sustentável.

A Importância dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) para a Economia Portuguesa

Por
Ana Moreira - 12ºD

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), definidos pela ONU em 2015, são um conjunto de 17 metas globais que pretendem tornar o mundo mais justo, equilibrado e sustentável até 2030. Para Portugal, a adoção destes objetivos não é apenas uma questão de responsabilidade ambiental ou social, mas também uma oportunidade concreta para o crescimento económico. Em primeiro lugar, a transição para energias renováveis, como a solar e a eólica, pode criar milhares de empregos qualificados e reduzir a dependência do país face à importação de combustíveis fósseis. Isto fortalece a economia nacional, tornando-a menos vulnerável às flutuações do mercado internacional.

Além disso, o investimento em educação de qualidade (ODS 4) e em igualdade de género (ODS 5) contribui para uma sociedade mais preparada e equilibrada, aumentando a produtividade e a capacidade de inovação das empresas portuguesas. Economias modernas dependem cada vez mais de conhecimento e competências, pelo que o cumprimento destes objetivos terá impacto direto no futuro económico do país. Por fim, o consumo responsável e a promoção de indústrias sustentáveis (ODS 12 e ODS 9) podem ajudar Portugal a posicionar-se como um destino turístico e comercial sustentável, atraindo investidores e consumidores conscientes.

Em resumo, os ODS são mais do que boas intenções: são um caminho estratégico para uma economia portuguesa mais moderna, inclusiva e resiliente. Cumpri-los é apostar no futuro.

ESTADO DOS ODS EM PORTUGAL

O que nos dizem os indicadores municipais da Plataforma ODSlocal?



Viajar pela Europa de Forma Económica

Dicas para Explorar o Velho Continente sem Esvaziar a Carteira

Por
Carolina Sousa - 12ºD



Viajar – Só custa começar!!



Quem já pisou a Europa sabe: cada viagem ao Velho Continente pode ser surpreendente. A não ser que se limite a repetir destinos já explorados, sempre haverá novos cantos para descobrir — e, com eles, as mesmas dúvidas clássicas de quem planeia uma aventura:

- Por onde começar?
- Quantos dias dedicar a cada cidade?
- Qual meio de transporte garante economia e praticidade?

Viajar pela Europa é um sonho para muitos, mas o custo pode ser um obstáculo. No entanto, com planeamento estratégico e escolhas inteligentes, é possível explorar o Velho Continente sem gastar uma fortuna. Aqui estão algumas dicas económicas para transformar a sua próxima viagem numa experiência memorável e acessível.

1. Planeamento: A Chave para Economizar

Um bom planeamento é essencial para evitar gastos desnecessários. Comece por definir um orçamento realista, incluindo transportes, alojamento, alimentação e atividades. Utilize ferramentas como Google My Maps para planear rotas e estimar custos. Escolher destinos próximos entre si também ajuda a reduzir despesas com transportes.

2. Destinos Acessíveis: Onde o Custo de Vida é Mais Baixo

Deve evitar cidades caras como Paris ou Londres e optar por destinos mais económicos. Países como Espanha, Polónia, Hungria, Roménia e República Checa oferecem uma rica cultura, uma gastronomia incrível e os custos de vida são mais baixos. Cidades como Budapeste, Praga e Cracóvia são ótimas opções para viajantes com orçamentos limitados.



3. Transportes Low-Cost: Como se Deslocar sem Gastar Muito

- Voos: Companhias aéreas como Ryanair, EasyJet e Wizz Air oferecem voos baratos entre cidades europeias. Reserve com antecedência e esteja atento a promoções.
- Comboios: Passeios como o Interrail (para residentes europeus) ou Eurail (para não europeus) permitem viajar de forma flexível e económica.
- Autocarros: Empresas como FlixBus e Eurolines têm rotas económicas entre várias cidades.

4. Alojamento Acessível: Onde Ficar sem Gastar Muito

- Hostels: Uma opção económica e social, com dormitórios ou quartos privados. Plataformas como Hostelworld ajudam a encontrar boas opções.
- Couchsurfing: Hospedagem gratuita em casas de locais, ideal para quem quer conhecer a cultura local.
- Airbnb e Guesthouses: Em alguns países, pode ser mais barato do que hotéis, especialmente se optar por quartos partilhados.
- Campismo: Uma alternativa económica para quem gosta de aventura e natureza.

5. Alimentação Low Budget: Comer Bem sem Gastar Muito

- Supermercados e Mercados Locais: Compre ingredientes e prepare as suas refeições em alojamentos com cozinha.
- Menu do Dia: Em países como Espanha e Portugal, muitos restaurantes oferecem menus económicos ao almoço.
- Street Food: Deliciosa e acessível, é uma ótima maneira de experimentar a culinária local.

6. Passeios Gratuitos: Explorar sem Custos

- Free Walking Tours: Visitas guiadas gratuitas (só paga gorjeta se quiser).
- Museus Grátis: Muitos museus têm entrada gratuita em certos dias do mês.
- Natureza: Parques, praias e trilhos são sempre boas opções sem custos.

7. Viajar Fora de Época: Economizar com Tempo

É aconselhável evitar os meses de verão (junho a agosto) e feriados, quando os preços das passagens, alojamentos e atrações são mais elevados. A primavera (março a maio) e o outono (setembro a outubro) são ótimas alturas para viajar, com menos turistas e preços mais baixos.

8. InterRail: A Solução para Viajar de Comboio

O Interrail é um passe de comboio que permite viajar de forma flexível e económica por vários países europeus. Com opções como o Global Pass (33 países) ou o One Country Pass (1 país), é uma forma fantástica de explorar a Europa. Além disso, oferece descontos em ferry boats, autocarros, hotéis e atrações turísticas.

Viajar pela Europa de forma económica é possível com um bom planeamento e escolhas inteligentes. Desde destinos acessíveis até opções de transporte e alojamento low-cost, há várias estratégias para explorar o Velho Continente sem gastar uma fortuna. Com estas dicas, a sua próxima viagem pode ser tão rica em experiências quanto económica em custos. Boa viagem!

TUDO É ECONOMIA FINANCIAMENTO

Por

Maria Clara Abreu - 12ºD



PRINCIPAIS FORMAS DE FINANCIAMENTO EXTERNO

- **Créditos:** geralmente são concedidos por uma organização financeira (bancos).
- **Incorporação de investidores:** Muitas iniciativas podem encontrar financiamento ao abrir a sua equipa para a entrada de novos elementos, sejam eles novos acionistas (ou seja, vendem ações da empresa) ou novos patrocinadores (a quem eles fornecem publicidade ou reconhecimento pelo seu trabalho de responsabilidade social corporativa em troca).
- **Empréstimos informais:** semelhante aos empréstimos, mas concedidos em termos menos formais, podem vir de um amigo, parente, credor ou algo semelhante.
- **Liquidação de bens ou serviços:** caso a empresa tenha bens para vender ou prestação de serviços, pode tentar financiar-se oferecendo-os, desde que isso não impeça a sua continuidade ou desnature o próprio projeto.

PRINCIPAIS FORMAS DE FINANCIAMENTO INTERNO

- **Reinvestimento dos lucros:** a empresa utiliza parte dos seus lucros para financiar as suas atividades e projetos.
- **Utilização de reservas financeiras:** são recursos acumulados ao longo do tempo para serem utilizados em momentos de necessidade.
- **Venda de ativos:** imóveis ou equipamentos.

O financiamento é um tipo de crédito oferecido por instituições financeiras para ajudar pessoas e empresas a adquirirem bens ou serviços que não poderiam pagar imediatamente.

O funcionamento do financiamento é simples, a instituição financeira empresta o dinheiro necessário, e a pessoa ou empresa devolve esse valor em parcelas mensais, acrescidas de juros e outras taxas.

As empresas podem realizar financiamentos para angariar recursos para novos equipamentos ou expandir-se, enquanto as pessoas individuais podem realizar financiamentos para comprar imóveis, automóveis, entre outros bens de grande valor.

Existem dois tipos de financiamento, o externo e o interno.

O financiamento externo é uma forma de captação de recursos financeiros por parte de uma empresa ou organização, provenientes de fontes externas (Ex: bancos e investidores).

O objetivo principal do financiamento externo é obter os recursos necessários para financiar projetos, expansões, investimentos em ativos fixos, e outras necessidades financeiras da empresa.

O financiamento interno, também conhecido como autofinanciamento, é uma forma de obtenção de recursos utilizada por empresas para financiar as suas atividades e projetos sem recorrer a fontes externas. Nesse tipo de financiamento, a empresa utiliza os seus próprios recursos, como lucros acumulados, reservas financeiras ou venda de ativos, para financiar as suas necessidades de investimento.

Portugal financia-se através de várias fontes, combinando recursos internos e externos.

As necessidades de financiamento de Portugal referem-se aos

COMO PORTUGAL SE FINANCIA?

A Emissão de Dívida Pública: O Estado português emite títulos de dívida, como Obrigações do Tesouro e Bilhetes do Tesouro, nos mercados financeiros nacionais e internacionais. Estes títulos são comprados por investidores que, em troca, recebem juros durante um determinado período. Esta é uma das formas mais comuns de financiamento do Estado.

Os Fundos da União Europeia: Fundos Estruturais e de Coesão: Portugal é um dos maiores beneficiários dos fundos europeus, que são destinados ao desenvolvimento de infraestruturas, inovação e apoio a regiões mais desfavorecidas. Esses fundos ajudam a financiar projetos estratégicos e a reduzir disparidades regionais.

Plano de Recuperação e Resiliência (PRR): No contexto da pandemia de COVID-19, Portugal obteve apoio financeiro da União Europeia, através do PRR, para impulsionar a recuperação económica e investir em áreas como a transição digital, a energia verde e a saúde.

Os Impostos e Contribuições: A principal fonte de receita do Estado é a fiscalidade interna, nomeadamente o Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS), o Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC), o Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) e outras taxas e impostos. Estas receitas são essenciais para financiar o orçamento de Estado, incluindo a prestação de serviços públicos e o pagamento de dívidas.

Os Investimentos Estrangeiros: Portugal também atrai investimentos estrangeiros diretos (IED), principalmente nos setores do turismo, energias renováveis, tecnologia e indústria. Estes investimentos contribuem para o crescimento económico e a criação de postos de trabalho, além de ajudarem a financiar a economia nacional.

Os Empréstimos Bancários: O Estado também pode recorrer ao setor bancário para financiamento de curto e médio prazo. No entanto, após a crise financeira global de 2008 e o resgate da Troika em 2011, Portugal tem tentado reduzir a dependência do crédito bancário em favor de outras fontes de financiamento mais sustentáveis.

Portugal combina diferentes estratégias para garantir os recursos necessários ao funcionamento do Estado e ao seu desenvolvimento económico, sendo as emissões de dívida e os fundos europeus as fontes mais significativas de financiamento.



Os Ciclos Económicos

Por

Francisco Oliveira - 12°C

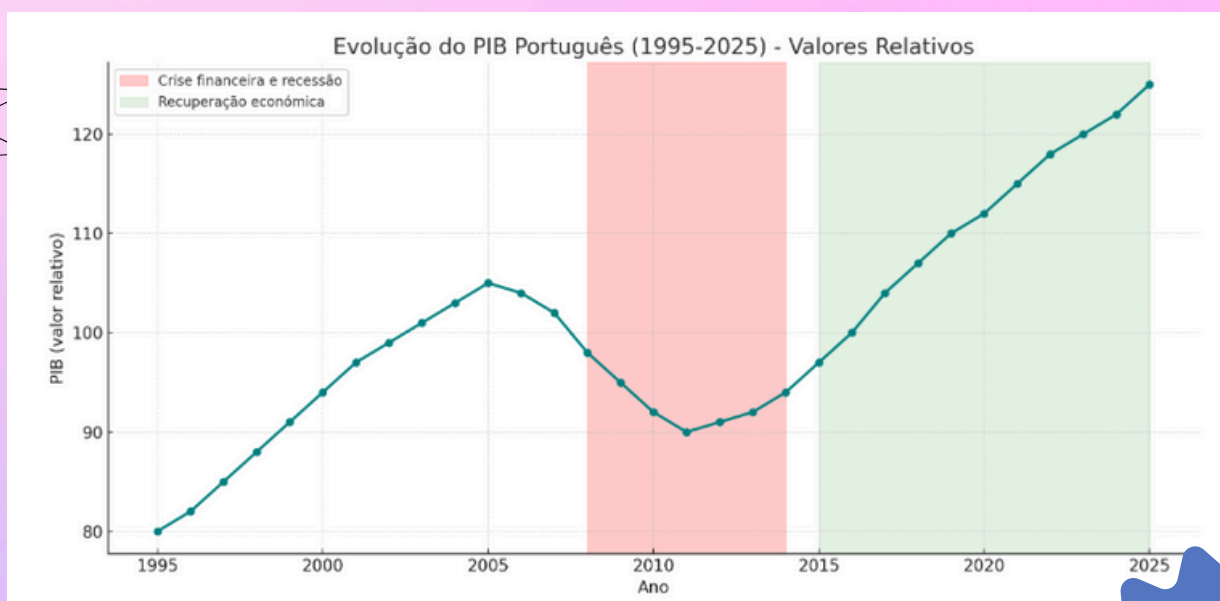
Os ciclos económicos representam as oscilações da atividade económica ao longo do tempo, alternando entre períodos de crescimento e de desaceleração. São geralmente divididos em quatro fases principais:

- **Expansão:** A economia cresce, com aumento do consumo, do investimento e da produção. Este cenário favorece a criação de empregos e o aumento dos lucros das empresas. Exemplo disso foram os anos de crescimento económico em Portugal durante a década de 1990.
- **Auge:** O crescimento atinge o seu ponto máximo. Nesta fase, começam a surgir sinais de sobreaquecimento da economia, como o aumento da inflação e das taxas de juro, o que pode travar o ritmo de crescimento.
- **Contração:** A produção diminui, o desemprego aumenta e as empresas reduzem os seus investimentos. A confiança dos consumidores e investidores tende a diminuir.
- **Recessão:** É o ponto mais baixo do ciclo. A economia enfrenta sérias dificuldades, com falências, desemprego elevado e queda generalizada na procura.

Estes ciclos não são causados por um único fator. Elementos como variações nas taxas de juro, avanços tecnológicos, decisões de política económica (como impostos ou investimento público), alterações no comportamento dos consumidores e até crises inesperadas – como pandemias ou guerras – contribuem para estas flutuações.

Em Portugal, a história económica recente ilustra bem este padrão. A crise financeira de 2008, seguida de uma prolongada recessão e da intervenção da *troika*, foi um exemplo marcante de contração e recessão. Contudo, a economia portuguesa conseguiu recuperar gradualmente, entrando novamente numa fase de expansão após 2014.

Apesar das dificuldades associadas às fases negativas do ciclo, é importante perceber que a economia tende sempre a recuperar. Esta natureza cíclica da economia lembra-nos que os períodos de crise, embora difíceis, fazem parte de um movimento natural e previsível da atividade económica.



Comércio Internacional

Por
David Silva - 12°C

O QUE É?

O comércio internacional não se resume apenas à transação de mercadorias; ele envolve uma complexa rede de acordos, regulamentações e processos logísticos que garantem o fluxo contínuo de bens e serviços entre as nações. Além disso, o comércio internacional está intimamente ligado ao crescimento económico global, permitindo que os países aproveitem as suas vantagens comparativas. Isto significa que, enquanto um país pode ser mais eficiente na produção de determinado produto devido a fatores como o clima, os recursos naturais ou a tecnologia, outro país pode especializar-se noutros bens, criando uma interdependência benéfica.

Ao mesmo tempo, as empresas que operam no mercado global devem adaptar-se constantemente às mudanças nas exigências dos consumidores, às inovações tecnológicas e às flutuações económicas, como variações nas taxas de câmbio ou nas tarifas comerciais. Com o crescente processo de digitalização, a negociação de contratos e a comunicação entre empresas tornaram-se mais ágeis, mas também mais complexas, exigindo uma sólida compreensão dos mercados internacionais, dos aspetos culturais, legais e económicos de cada região.

Os acordos internacionais, como tratados de livre comércio e organismos multilaterais como a Organização Mundial do Comércio (OMC), desempenham um papel essencial na regulamentação do comércio entre os países. Estes acordos procuram reduzir barreiras tarifárias e não tarifárias, promovendo a abertura dos mercados e criando um ambiente mais previsível para os negócios internacionais. No entanto, apesar das facilidades proporcionadas por estes acordos, as empresas ainda enfrentam desafios relacionados com a volatilidade dos mercados, questões de proteção ambiental, padrões de segurança e regulamentos locais que podem variar de país para país.

O transporte é um dos pilares que sustentam esta rede global de comércio. O avanço das tecnologias de transporte, como navios de carga de maior capacidade, aeroportos de última geração e sistemas ferroviários integrados, não só facilita a movimentação das mercadorias, como também contribui para a redução dos custos logísticos e o aumento da eficiência. Além disso, as inovações em tecnologias de rastreio e monitorização em tempo real permitiram uma maior transparência no processo de envio, o que aumenta a segurança e a confiança entre as partes envolvidas no comércio.

Outro aspeto fundamental no comércio internacional é a adaptação das empresas aos diferentes regulamentos aduaneiros. Cada país possui um conjunto de normas e exigências que devem ser cumpridas para que a mercadoria possa ser importada ou exportada, tornando a gestão aduaneira uma parte crítica do processo. O uso de tecnologias de automação, como a implementação de sistemas eletrónicos de declaração aduaneira, tem facilitado essa tarefa, tornando-a mais eficiente e reduzindo o risco de erros.

Num mundo cada vez mais globalizado, o comércio internacional representa uma via fundamental para o desenvolvimento económico, promovendo a conectividade entre nações e favorecendo o acesso a uma gama mais ampla de produtos e serviços. Com a contínua evolução das tecnologias, a procura por soluções sustentáveis e a adaptação às mudanças globais, o comércio internacional continuará a ser uma parte crucial da economia mundial.

Qualificações Digitais em Portugal

Por
Dinis Sousa - 12°C

Hoje em dia, vivemos rodeados de tecnologia. Desde as redes sociais até às aulas online, o digital faz parte do nosso dia a dia. Mas será que estamos realmente preparados para este mundo cada vez mais tecnológico?

A verdade é que saber usar um telemóvel ou um computador não chega. As competências digitais tornaram-se essenciais para conseguir um bom emprego, para que as empresas cresçam e até para que Portugal acompanhe outros países nesta revolução digital.

O objetivo é perceber como estas competências podem ajudar a melhorar o emprego, tornar as empresas mais competitivas e preparar o país para os desafios tecnológicos.

Hoje em dia, a tecnologia faz parte do nosso dia a dia e é fundamental termos conhecimentos digitais. No entanto, Portugal ainda enfrenta dificuldades nesta área. Segundo o Índice Europeu de Digitalidade da Economia e da Sociedade (DESI) de 2023, o nosso país está abaixo da média da União Europeia na formação de especialistas em Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) ([Fonte: Comissão Europeia](#)). Comparado com Espanha, que tem investido mais na literacia digital, ainda há muito a melhorar.

As qualificações digitais são cada vez mais importantes. Portugal está numa fase de transformação digital, mas ainda enfrenta desafios significativos.

A tecnologia avança a um ritmo acelerado, com áreas como inteligência artificial, big data, Internet das Coisas (IoT) e 5G a ganharem cada vez mais relevância. No entanto, para acompanhar esta evolução, é fundamental apostar em cibersegurança, análise de dados e comunicação digital. Segundo um estudo da Associação Portuguesa para o Desenvolvimento das Comunicações (APDC), Portugal precisa de mais de 15 mil especialistas em TIC até 2025 para acompanhar a transformação digital das empresas ([Fonte: APDC](#)). A falta de profissionais qualificados pode travar o crescimento das empresas e da própria economia.

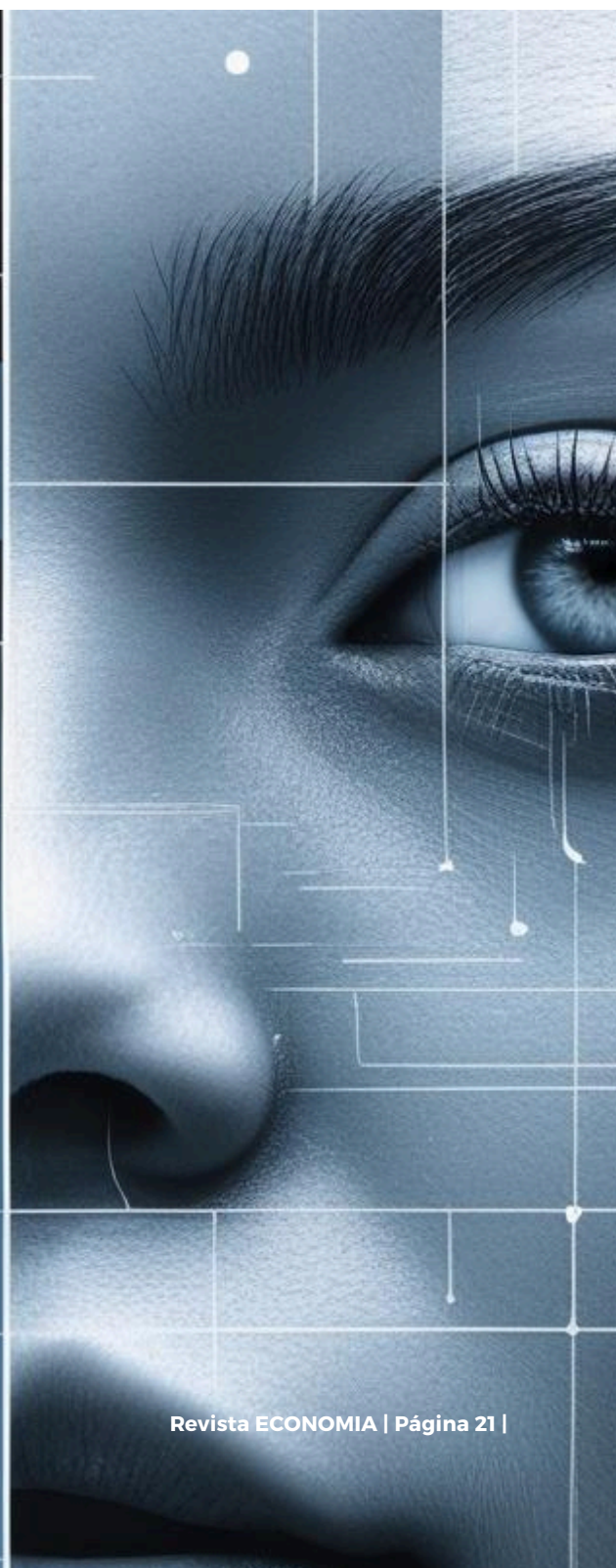
A falta de competências digitais não afeta apenas os trabalhadores — muitas empresas também sentem dificuldades em adaptar-se às novas exigências do mercado. A pandemia veio reforçar a necessidade de boas infraestruturas digitais, essenciais para estudar e trabalhar à distância. Mais do que uma opção, a digitalização tornou-se um fator crucial para reduzir custos, melhorar serviços e competir a nível global. Segundo um relatório da OCDE, cerca de 40% das empresas portuguesas ainda não têm um plano de digitalização estruturado ([Fonte: OCDE](#)). Felizmente, iniciativas como o programa Ativar Portugal já estão a apoiar startups e empresas a crescer com a ajuda da tecnologia ([Fonte: Microsoft Portugal](#)).

Portugal tem tudo para se tornar uma referência na área digital. No entanto, isso só será possível com um esforço conjunto do governo, das escolas e das empresas. Apostar na formação digital não é apenas uma questão de crescimento económico, mas também uma forma de reduzir desigualdades e preparar a sociedade para o futuro.

Durante a pandemia, Portugal deu um passo significativo com o Plano de Ação para a Transição Digital, que incluiu o Plano Digital nas Escolas. Este programa permitiu a distribuição de mais de 600 mil computadores para alunos e professores, formação em competências digitais e a implementação de plataformas de ensino à distância de acordo com o Governo de Portugal. Esse investimento foi essencial para reduzir a desigualdade no acesso à tecnologia e preparar melhor os estudantes para o futuro digital.

Se olharmos para a Espanha, vemos um país que tem investido fortemente na educação digital, na investigação e no apoio às empresas nesta área. Segundo dados do Ministério da Educação espanhol, foram investidos mais de 1,4 mil milhões de euros em iniciativas de digitalização da educação desde 2020 (Fonte: Ministerio de Educación de Espanha). Portugal tem feito progressos, mas ainda há um longo caminho a percorrer. É urgente apostar mais na literacia digital e na qualificação dos cidadãos para que ninguém fique para trás nesta revolução tecnológica.

Para dar este salto, é essencial começar pela educação. Desde a escola até à formação profissional, todos devem ter acesso a oportunidades de aprendizagem digital. As empresas também têm um papel fundamental e devem investir na qualificação dos seus trabalhadores para conseguirem adaptar-se às mudanças do mercado.



O IMPACTO DAS QUALIFICAÇÕES NA PRODUTIVIDADE

Por
Estrela Coelho - 12ºD

Nos últimos anos, Portugal tem feito progressos significativos na qualificação dos seus trabalhadores e gestores, um elemento crucial para aumentar a produtividade e, consequentemente, impulsionar o crescimento económico. De acordo com dados da Eurostat, o país destaca-se entre os que mais aumentaram o nível de ensino superior na população ativa na última década. Este avanço alimenta expectativas de um crescimento sustentado da produtividade, uma condição fundamental para elevar os padrões de vida e reduzir desigualdades. A produtividade é definida como a capacidade de transformar insumos -como trabalho, capital, tecnologia e recursos naturais - em bens e serviços de forma eficiente.

Em termos práticos, ela representa a relação entre os outputs gerados e os inputs aplicados no processo produtivo.

Outros elementos, como investimentos em infraestrutura, políticas públicas de apoio à formação contínua e um ecossistema empresarial propício, também são determinantes para que os ganhos de produtividade se materializem de forma sustentável.

Vários fatores atuam na determinação e no aprimoramento deste indicador, dentre os quais se destacam:

- **Qualificação e Formação:** Trabalhadores e gestores bem formados podem utilizar as tecnologias de forma mais eficaz e inovar na resolução de problemas;
- **Inovação e Tecnologia:** A inserção de novas tecnologias e métodos inovadores otimiza os processos e aumenta a eficiência;
- **Gestão Eficiente:** Estruturas gerenciais modernas, que promovam ambientes colaborativos e flexíveis, maximizam o aproveitamento do capital humano e dos recursos disponíveis;
- **Políticas de Incentivos e Remuneração:** Salários dignos e incentivos alinhados à produtividade estimulam o comprometimento dos trabalhadores e a melhoria contínua dos processos.

DESAFIOS PERSISTENTES

1 - Cerca de 40% dos adultos portugueses não concluíram o ensino secundário, segundo o INE, limitando a sua capacidade de transitar para empregos de maior valor acrescentado. A falta de políticas consistentes de requalificação agrava este problema: apenas 10% dos trabalhadores portugueses participam em programas de formação contínua, em comparação com 20% na média da União Europeia. Este défice perpetua a dependência de mão-de-obra pouco qualificada, restringindo os ganhos de eficiência.

2 - Existe uma desconexão preocupante entre a qualificação e a remuneração. Enquanto um engenheiro em Portugal aufer, em média, €1.500 mensais, segundo dados da Pordata, um profissional equivalente na Alemanha ganha o triplo. Estes salários baixos desmotivam os trabalhadores e promovem a fuga de talentos qualificados. Nos últimos dez anos, mais de 100 mil portugueses qualificados emigraram em busca de melhores oportunidades.

Qualificações

MOTOR DA PRODUTIVIDADE

A qualificação desempenha um papel essencial na eficiência e inovação das empresas. Trabalhadores mais capacitados conseguem exercer as suas funções com maior eficácia, adaptando-se rapidamente às mudanças tecnológicas e organizacionais. Por outro lado, gestores com uma formação sólida tornam-se líderes inspiradores, capazes de promover ambientes de trabalho colaborativos e inovadores. Empresas que investem em equipas especializadas são geralmente mais inovadoras, ágeis na adopção de novas tecnologias e eficientes na gestão de recursos.

De acordo com um estudo do Banco de Portugal (2022), empresas lideradas por gestores com pós-graduações apresentam uma produtividade 15% superior à média do sector. Além disso, a formação contínua, especialmente em áreas como a digitalização, tem ajudado sectores como o turismo e a indústria exportadora a alcançar maior competitividade. No entanto, este potencial enfrenta barreiras estruturais.



3 - Outro obstáculo é a gestão empresarial. Muitas pequenas e médias empresas (PMEs), que constituem 99% do tecido empresarial português, mantêm modelos de gestão hierárquicos e inflexíveis, incapazes de capitalizar na criatividade dos trabalhadores qualificados. Casos de sucesso, como a Farfetch ou a Bosch Portugal, que adoptaram lideranças flexíveis e investiram em ambientes colaborativos, são ainda exceções. Adicionalmente, a inovação permanece subfinanciada: Portugal investe apenas 1,4% do PIB em investigação e desenvolvimento (I&D), bem abaixo da meta europeia de 3%. Sem incentivos adequados para modernizar as empresas, até mesmo os trabalhadores mais qualificados acabam por ver as suas competências pouco aproveitadas.

QUE FUTURO?



PROPOSTAS PARA O FUTURO

Para transformar a qualificação em ganhos reais de produtividade, Portugal precisa de um esforço coordenado em várias áreas. Em primeiro lugar, é essencial desenvolver programas de formação contínua acessíveis a todos os trabalhadores, com um foco especial em competências digitais e verdes, como o programa "Upskilling Portugal".

É também crucial adotar políticas que incluam incentivos fiscais ao ajustamento das remunerações à produtividade e qualificação, seguindo o modelo de "flexicurity" da Dinamarca. Além disso, a gestão empresarial deve evoluir, promovendo formações em liderança adaptativa, em parceria com universidades e baseando-se em casos de sucesso internacionais. Para completar este ciclo, é vital aumentar o financiamento a startups, modernizar as empresas e digitalizar os serviços públicos para reduzir burocracias e atrair mais investimento.

A qualificação é uma base essencial, mas não é suficiente por si só. Apenas com a combinação de educação contínua, salários dignos, gestão ágil e inovação será possível alcançar uma produtividade duradoura e sustentável. Países como a Finlândia e a Coreia do Sul já demonstraram que esta abordagem integrada é a chave para o sucesso.

Portugal dispõe de talento humano qualificado; resta agora construir um ecossistema que o valorize plenamente. A produtividade deve ser encarada não como um fim, mas como um meio para um desenvolvimento mais equitativo e sustentável — e isso exige escolhas corajosas, não apenas diplomas.

A INTEGRAÇÃO ECONÓMICA E OS SEUS IMPACTOS

**Por
Henzo Guemiza - 12°C**

A integração económica é um processo de unificação de mercados e políticas entre diferentes países ou regiões, promovendo a cooperação e a interdependência económica. Este fenómeno intensificou-se após a Segunda Guerra Mundial, acompanhando a liberalização do comércio mundial e a necessidade de reconstrução económica. O objetivo central é criar espaços económicos comuns, eliminando barreiras e harmonizando políticas para estimular o crescimento e a estabilidade.

Os benefícios da integração económica são vastos. O aumento da produção é favorecido pela especialização económica e pelas economias de escala. A expansão dos fluxos de capitais estimula o investimento internacional, enquanto o crescimento das trocas comerciais reforça a competitividade das empresas. Adicionalmente, a integração pode promover a estabilidade política ao fomentar relações de cooperação entre os países. No entanto, existem desafios, como a perda de receitas decorrente da eliminação de taxas alfandegárias, a transferência de soberania para entidades supranacionais e a necessidade de equilíbrio entre economias com diferentes níveis de desenvolvimento.

O processo de integração pode ocorrer em diferentes graus. As formas mais simples incluem sistemas de preferências aduaneiras, onde certos produtos têm vantagens tarifárias, e zonas de comércio livre, onde bens e serviços circulam sem restrições entre os países membros. Numa união aduaneira, para além da livre circulação de bens, aplica-se uma tarifa comum a produtos oriundos de terceiros. O mercado comum expande essa integração para pessoas e capitais, enquanto a união económica implica a adoção de políticas económicas e sociais conjuntas. O nível mais avançado é a união política, onde as decisões supranacionais substituem as políticas nacionais.

FASES da Integração da Europa

1- A Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA) – 1951

A integração europeia começou com a criação da CECA, que visava controlar em conjunto a produção de carvão e aço entre os países membros (França, Alemanha, Itália, Bélgica, Países Baixos e Luxemburgo). O objetivo era evitar futuros conflitos e promover a reconstrução econômica da Europa após a Segunda Guerra Mundial, facilitando a produção e o comércio desses dois recursos essenciais para a indústria. A CECA foi o primeiro passo para a construção de uma comunidade econômica mais ampla.

3- O Mercado Comum – 1993

A introdução do Mercado Comum em 1993 expandiu ainda mais a integração. Não se tratava apenas da livre circulação de bens, mas também de serviços, pessoas e capitais. Isso permitiu que as empresas contratassem trabalhadores de outros países membros e realizassem negócios em qualquer parte da união sem restrições, criando um mercado mais eficiente e competitivo. O Mercado Comum era um passo importante para a criação de um espaço econômico realmente integrado.

DESAFIOS e Vantagens da Integração

A integração econômica traz muitos benefícios, como o aumento da competitividade, o crescimento do emprego e a atração de investimentos internacionais. Contudo, também apresenta desafios, como a perda de controle sobre algumas políticas internas (por exemplo, políticas fiscais e monetárias) e o risco de desigualdade entre os países mais ricos e os mais pobres. A união monetária, com o euro, limita a capacidade dos países de ajustarem suas economias individualmente, o que pode ser um problema em tempos de crise econômica.

OUTRAS Experiências de Integração

Outras regiões do mundo também têm seguido o caminho da integração econômica. O Mercosul, na América do Sul, promove a livre circulação de bens e serviços entre países como Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai. A ASEAN, no Sudeste Asiático, busca um mercado único entre seus 10 membros. Nos Estados Unidos, Canadá e México, o NAFTA foi substituído em 2020 pelo USMCA, modernizando as regras de comércio. Em África, a União Africana criou a Área de Livre Comércio Continental Africana (AfCFTA), que visa eliminar tarifas e facilitar o comércio entre 54 países africanos.

BREXIT Desintegração Econômica

Nem todos os processos de integração são irreversíveis. O Brexit, que resultou na saída do Reino Unido da União Europeia em 2020, mostrou que a desintegração econômica também pode ocorrer, criando novas barreiras comerciais e regulamentares entre o Reino Unido e a UE.

2- A Comunidade Econômica Europeia (CEE) – 1957
Com o Tratado de Roma, em 1957, a CEE foi criada para ir além do carvão e aço, estabelecendo uma união aduaneira. A união aduaneira significa que os países membros eliminaram as taxas e barreiras comerciais internas entre eles e adotaram uma tarifa externa comum para produtos de países de fora da comunidade. Isso significava que, dentro da CEE, os bens podiam circular livremente, enquanto para os países fora da união, a tarifa era a mesma para todos os membros. O objetivo era criar um mercado comum, facilitando o comércio e promovendo o crescimento econômico.

4- A União Econômica e Monetária – 1999-2002
O Tratado de Maastricht, assinado em 1992, criou as bases para a União Econômica e Monetária (UEM). Isso significava que, além da integração econômica, os países membros iriam adotar políticas econômicas e fiscais comuns. Em 1999, a moeda única, o euro, foi introduzida como moeda oficial em muitos países da União Europeia. Os países que adotaram o euro tiveram de cumprir os chamados Critérios de Convergência Nominal, como estabilidade de preços, controle da inflação, manutenção de finanças públicas equilibradas (déficit abaixo de 3% do PIB) e estabilidade cambial. O euro entrou em circulação em 2002, transformando-se na moeda oficial de 19 dos 27 países da UE.

SNS Financiamento e Desafios

Por
Gonçalo Coelho - 12ºD

TUDO É
ECONOMIA



O Serviço Nacional de Saúde (SNS) em Portugal desempenha um papel essencial na prestação de cuidados de saúde à população, garantindo acesso universal e equitativo. No entanto, o seu financiamento tem sido um dos desafios mais críticos para a sua sustentabilidade e eficiência.

Evolução Orçamental do SNS

Ao longo dos últimos anos, o orçamento do SNS tem registado um crescimento significativo, passando de 8,2 mil milhões de euros em 2015 para 13,2 mil milhões de euros em 2024. Este aumento é reflexo da necessidade de responder à crescente procura por serviços de saúde, impulsionada pelo envelhecimento populacional, pelo avanço tecnológico e pelo aumento dos custos operacionais. No entanto, mesmo com este crescimento orçamental, o sistema continua a enfrentar desafios financeiros, registando défices contínuos e uma dívida acumulada a fornecedores.

Execução Orçamental e Sustentabilidade Financeira

Em 2023, o SNS registou um défice de 435,1 milhões de euros, uma melhoria em relação ao ano anterior, graças a um aumento das receitas em 1,524 mil milhões de euros, superior ao crescimento da despesa. Apesar disso, a despesa do SNS atingiu os 14,061 mil milhões de euros, evidenciando a dificuldade em equilibrar as contas. O financiamento continua a depender, em grande parte, do Orçamento do Estado (95,3% das receitas do SNS em 2023), com pouca diversificação de fontes de rendimento. Um dos principais desafios para a sustentabilidade do SNS é a gestão eficiente dos recursos. A despesa corrente, nomeadamente com pessoal, fornecimentos e serviços externos, continua a representar a maior fatia do orçamento. Além disso, os investimentos em infraestruturas e equipamentos de saúde são limitados, comprometendo a modernização do serviço público de saúde.

Impacto na Atividade Assistencial

O impacto do financiamento do SNS reflete-se diretamente na capacidade de resposta do sistema. Em 2023, o número de utentes inscritos no SNS aumentou para 10,6 milhões, sendo que 1,7 milhões não tinham médico de família atribuído. A redução no número de consultas médicas em cuidados primários e o aumento das listas de espera para consultas hospitalares e cirurgias são indicativos das dificuldades enfrentadas pelo SNS em garantir um serviço eficaz e acessível.





A taxa média de ocupação hospitalar atingiu 91% em 2023, a maior dos últimos dez anos, e apenas 60% dos atendimentos em serviços de urgência cumpriram os tempos recomendados de triagem. Além disso, o acesso à Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados continua limitado, com um aumento no número de utentes em lista de espera.

Riscos e Perspectivas Futuras

O SNS enfrenta riscos estruturais que podem comprometer a sua capacidade de resposta no futuro. O crescimento das listas de espera, a falta de profissionais de saúde e a dependência quase exclusiva do Orçamento do Estado são fatores que exigem uma reforma urgente.

Entre as principais medidas que podem contribuir para a sustentabilidade do SNS estão:

- **Melhoria na eficiência da gestão financeira:** Adoção de instrumentos de gestão mais eficazes e publicação regular das contas do SNS para maior transparência.
- **Diversificação das fontes de financiamento:** Exploração de novas formas de financiamento, como parcerias público-privadas e melhoria dos processos de faturação de serviços prestados a seguradoras e cidadãos estrangeiros.
- **Reforço do investimento em infraestruturas e tecnologia:** Utilização eficiente dos fundos do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) para modernização do SNS, melhoria da transição digital e reforço dos cuidados primários.
- **Melhoria das condições para profissionais de saúde:** Incentivos para fixação de médicos e enfermeiros no serviço público, garantindo melhores condições de trabalho e remuneração competitiva.



O financiamento do SNS continua a ser um tema central no debate sobre a sustentabilidade do sistema de saúde em Portugal. Embora os investimentos recentes tenham permitido alguma recuperação, persistem desafios estruturais que exigem reformas profundas. O futuro do SNS dependerá de uma gestão eficiente, de um financiamento sustentável e da capacidade de adaptação às novas exigências da sociedade portuguesa.

O Investimento

Por

Maria Isabel Abreu - 12ºD

O que é o Investimento?

Em economia, investimento é entendido como um conjunto de mecanismos de poupança, reserva de capital e adiamento do consumo, com o objetivo de obter um benefício, uma receita ou um ganho, ou seja, proteger ou aumentar o património de uma pessoa ou instituição.

Investimento Público

O investimento público é a despesa para fins produtivos feita pelo Estado por meio do governo central ou de autoridades subnacionais ou locais. Esse tipo de investimento tem como objetivo principal o fornecimento de bens, serviços ou infraestrutura considerados básicos ou importantes. É geralmente realizado pelo Estado no sentido de melhorar as condições de existência de setores pobres, como a construção de moradias populares, saneamento básico, ou mesmo realizações de obras de infraestrutura como estradas.

Ainda em relação ao Investimento Público...

Portugal ocupa uma posição muito baixa no ranking da União Europeia (UE), em termos de investimentos públicos em relação ao Produto Interno Bruto (PIB). Especificamente, o país está em 26º lugar entre 27 países da UE, o que indica que a percentagem do PIB dedicada a investimentos públicos é muito inferior em comparação com outros países.

Esse dado sugere que Portugal está a investir menos do que a maioria dos outros países da UE em áreas como infraestrutura, educação, saúde, investigação e desenvolvimento, entre outros setores públicos. Isso pode ter implicações para o crescimento económico e o bem-estar da população, pois investimentos públicos são fundamentais para o desenvolvimento de longo prazo e para a qualidade dos serviços públicos.

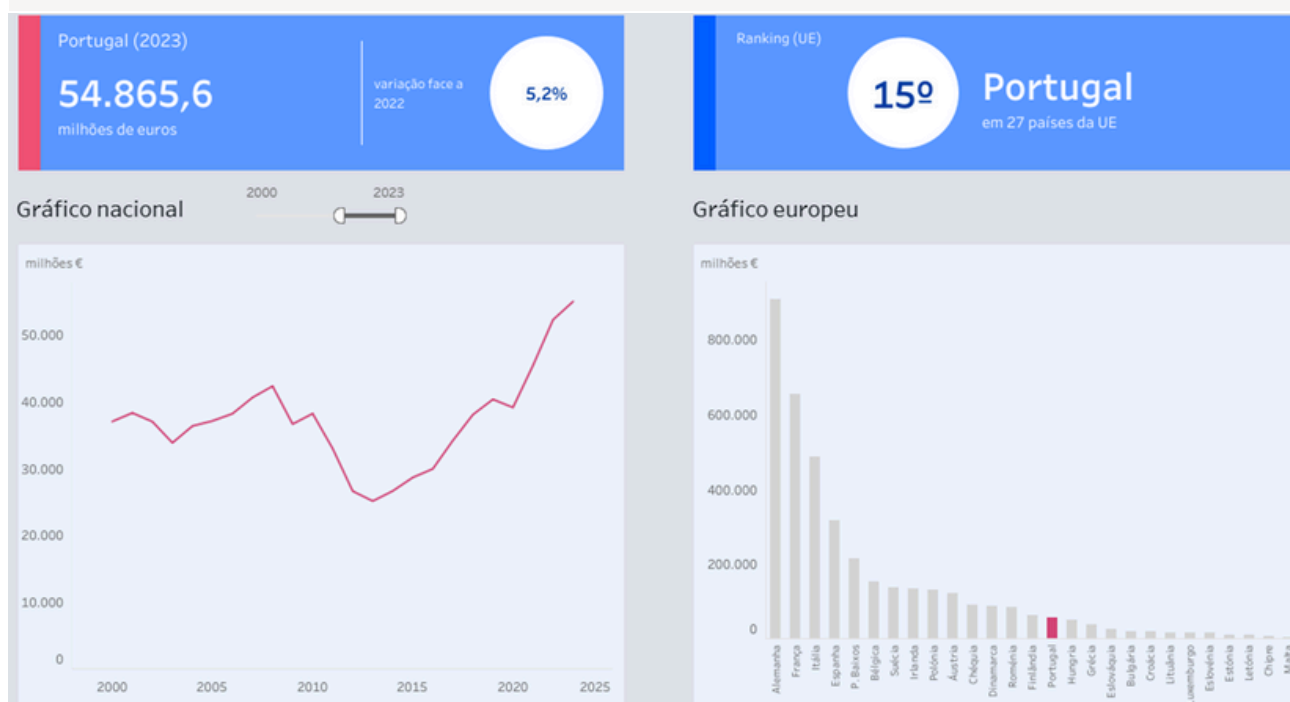
Investimento Privado

O investimento privado é o realizado por agentes que não pertencem ao setor público. É feito por pessoas físicas e jurídicas, e refere-se à aquisição de bens de capital e outros tipos de ativos com o objetivo de gerar lucro no futuro e/ou valorizar.

Preveu-se que 2025 fosse um ano atraente para novos investimentos no mercado privado, oferecendo potencial para retorno de rendimento à medida que os ciclos relacionados com a captação de recursos no mercado privado, com a inovação tecnológica e da economia global se alinham favoravelmente.

O foco dos investimentos tem-se alargado maioritariamente para temas como a transição energética, tecnologias disruptivas e diversificação através de ativos alternativos.

Formação Bruta de Capital Fixo



Portugal ocupa a 15ª posição entre os 27 países da União Europeia (UE) em termos de formação bruta de capital (FBC) ao longo dos anos (2000-2023). A formação bruta de capital é um indicador que reflete o total de investimentos feitos no país em bens de capital, como máquinas, equipamentos, infraestruturas e construção de imóveis, além de investimentos em pesquisa e desenvolvimento.

Como e onde investir em Portugal

Investimentos Financeiros

- Planos Poupança Reforma (PPR): são instrumentos financeiros direcionados para o médio ou longo prazo. São especialmente vocacionados para a poupança regular e contínua, representando, um "pé-de-meia" para uma reforma tranquila, mas também uma espécie de fundo de emergência para alguns imprevistos financeiros.
- Certificados de Aforro e do Tesouro: Trata-se, no fundo, de dívida pública destinada a pequenos investidores. Contam com um alto nível de segurança, já que têm o capital garantido, e podem ser uma alternativa aos tradicionais depósitos a prazo. Ao investir nestes produtos, está a emprestar dinheiro ao Estado, que retribui em juros.
- Obrigações: Títulos de dívida de empresas, bancos ou Estados. Apesar de terem menos risco do que as ações, também existe risco de perda de capital. Isso pode acontecer caso o emitente não tenha os fundos necessários para fazer o reembolso dessa dívida no final do prazo ou se os títulos desvalorizarem em bolsa e forem vendidos. Geralmente, o investimento em obrigações é direcionado a grandes investidores.
- Ações - representam pequenas frações do capital social de uma empresa, que são negociadas na Bolsa de Valores. Ao adquirir uma ação, está a adquirir um conjunto de direitos e deveres associados ao presente e ao futuro daquela empresa. Ao longo do tempo, poderá manter a ação na sua posse e beneficiar da boa gestão da empresa ou pode decidir vender esta ação e recuperar o seu investimento. A forma de ganhar dinheiro com ações passa pela sua eventual valorização e pela distribuição de lucros. No entanto, estes instrumentos têm um risco elevado, já que podem sofrer desvalorizações acentuadas.
- Fundos e ETF (Exchange Traded Fund) - São carteiras coletivas de ativos (ações, obrigações, imóveis, etc.) geridas por profissionais. Ou seja, várias pessoas colocam o seu dinheiro num fundo, que é então investido por um gestor. Cada investidor possui uma "parte" proporcional do fundo. Há vários tipos: fundos de ações, obrigações, mistos, imobiliários, etc. Uma das vantagens deste tipo de investimentos é que a gestão recai em equipas profissionais que tomam as decisões sobre quais os ativos com maior potencial. Outro ponto forte é que oferecem diversificação, já que tendem a investir em dezenas de ativos diferentes.
- Obrigações do Tesouro - também conhecidas como Títulos Públicos, são instrumentos de dívida emitidos pelo governo para financiar as suas atividades e projetos. Ao adquirir uma obrigação do tesouro, o investidor está, na prática, a emprestar dinheiro ao governo, que se compromete a devolver o valor investido acrescido de juros em uma data futura.
- Imobiliário - comprar, ter, gerir, arrendar ou vender um imóvel com o objetivo de ganhar dinheiro. Este tipo de investimento pode incluir terrenos, propriedades comerciais, industriais ou residenciais.
- Criptomoedas - é uma moeda digital, com lógica similar a do dinheiro em espécie. Auxilia na compra e venda de bens e serviços por meio de transações virtuais. O nome vem do sistema de criptografia que confere as transações e tem como maior objetivo a segurança. A mais conhecida das criptomoedas é o Bitcoin.

E Portugal? É um bom Investimento?

Portugal continua a atrair investimento estrangeiro graças à sua localização estratégica, clima ameno e qualidade de vida. Setores como tecnologia, energias renováveis e turismo mantêm-se dinâmicos, com incentivos governamentais ao empreendedorismo e à inovação. No entanto, o elevado custo da habitação, sobretudo em Lisboa e no Porto, representa um desafio crescente. Apesar disso, o país oferece um ambiente estável, mão de obra qualificada e boas infraestruturas, o que o torna uma opção interessante para quem procura investir a médio e longo prazo.

COMPRAS

POR IMPULSO

Por
Leonor Rocha - 12°C

Quando se fala em compras por impulso, é comum associá-las a gastos desnecessários, arrependimentos e carteiras mais leves. No entanto, este fenómeno do comportamento do consumidor merece uma análise mais profunda e, talvez, uma reavaliação. Poderão as compras por impulso ter, afinal, um papel positivo nas nossas vidas? As compras por impulso são decisões de compra feitas de forma espontânea, sem planeamento prévio.

Este comportamento é frequentemente desencadeado por estímulos emocionais: uma montra apelativa, uma promoção irresistível ou, simplesmente, o desejo de recompensa imediata após um dia difícil. Embora estas compras sejam muitas vezes vistas como irracionais, a verdade é que podem ter benefícios psicológicos e até económicos. Do ponto de vista emocional, as compras impulsivas podem funcionar como uma forma de autorrecompensa, elevando o humor e proporcionando uma sensação de prazer momentâneo. Em contextos de stress ou cansaço, este tipo de consumo pode actuar como um escape saudável, desde que feito com moderação e dentro das possibilidades financeiras. Além disso, para o comércio e para os pequenos negócios, as compras por impulso representam uma fatia significativa das vendas. Artigos estrategicamente posicionados nas lojas como chocolates junto à caixa ou acessórios em destaque nas vitrinas impulsionam as receitas e contribuem para a sustentabilidade de muitas marcas. Em termos económicos, este comportamento ajuda a manter a dinâmica do consumo e a incentivar a inovação no marketing e no design de produto. Naturalmente, é essencial manter o equilíbrio.

O consumo consciente deve andar de mãos dadas com a espontaneidade. Estar atento ao orçamento, evitar compras motivadas apenas por pressão social e refletir sobre a utilidade de um produto continuam a ser práticas fundamentais. Em suma, as compras por impulso, quando bem geridas, podem não ser o vilão que muitas vezes se pinta. Pelo contrário, podem acrescentar cor aos nossos dias, estimular a economia e até melhorar o nosso bem-estar emocional. Afinal, quem nunca se deixou levar por um pequeno capricho que acabou por se tornar no detalhe favorito do guarda-roupa ou na lembrança mais doce de uma tarde de passeio?



A INTERVENÇÃO DO ESTADO DURANTE E APÓS A PANDEMIA

TUDO É
ECONOMIA

Por

Mara Silva - 12ºD

A pandemia da COVID-19 representou um dos maiores desafios globais das últimas décadas, deixando marcas profundas na economia, na saúde e na sociedade. Perante esta crise, o Estado português respondeu com medidas sem precedentes, que passaram pelo reforço dos serviços de saúde, a implementação de apoios económicos e sociais e uma estratégia de recuperação que ainda hoje molda o futuro do país. Neste texto, reflito sobre o papel do Estado durante e após a pandemia, analisando as suas ações, os resultados alcançados, os desafios que persistem e as lições que podemos tirar para enfrentar crises futuras.

Quando a pandemia eclodiu, a economia nacional sofreu um abalo significativo. O PIB caiu de forma acentuada, cerca de 150 mil empregos foram destruídos entre o primeiro e o segundo trimestre de 2020 e 1,5 milhões de pessoas entraram em regime de layoff, com um quarto da força de trabalho a beneficiar de contratos apoiados pelo Estado. Portugal revelou-se particularmente vulnerável, em grande parte devido à sua dependência de setores como o turismo e à falta de diversificação económica, o que expôs o país a choques externos de forma mais intensa do que outras nações europeias.

Após o pico da pandemia, o foco virou-se para a recuperação.

Na área da saúde pública, o Estado agiu com determinação. O Serviço Nacional de Saúde foi reforçado com a contratação de profissionais e a criação de hospitais de campanha. A estratégia de vacinação em massa destacou-se como um sucesso, com Portugal a alcançar uma taxa de vacinação superior a 85% da população em apenas dez meses. Além disso, foram implementados testes em larga escala, rastreamento de contatos e medidas como o confinamento obrigatório, o encerramento de escolas e comércio, e restrições à circulação, tudo para conter a propagação do vírus.

No plano económico e social, o Estado também tomou medidas decisivas. O layout simplificado evitou despedimentos em massa, enquanto subsídios para trabalhadores independentes e linhas de crédito para empresas ajudaram a manter alguma estabilidade. O adiamento do pagamento de impostos aliviou a pressão financeira sobre as empresas, e o reforço da proteção social, com apoios às famílias mais vulneráveis e a suspensão temporária de despejos, procurou amparar os mais afetados pela crise.

Após o pico da pandemia, o foco virou-se para a recuperação. Foram criados incentivos financeiros para empresas que contratassem novos trabalhadores, ao mesmo tempo que se investiu na modernização das infraestruturas hospitalares e no reforço de profissionais de saúde. O Plano de Recuperação e Resiliência, centrado na digitalização, sustentabilidade e revitalização económica, tornou-se um pilar desta estratégia de longo prazo.





A intervenção do Estado foi, sem dúvida, essencial para minimizar os impactos da pandemia e garantir a proteção dos cidadãos. Contudo, trouxe também desafios significativos, como o aumento da dívida pública e a dificuldade em retomar o crescimento económico. A crise expôs fragilidades estruturais que não podemos ignorar, como a dependência excessiva de certos setores e a falta de autonomia económica. Este cenário levanta questões sobre a necessidade de repensar o modelo económico nacional, promovendo áreas como a inovação tecnológica, as energias renováveis e a produção industrial, que possam assegurar maior resiliência no futuro.

A nível social, os efeitos da pandemia foram igualmente profundos. Apesar dos apoios implementados, as desigualdades agravam-se, afetando de forma desproporcionada os trabalhadores precários, os idosos e as famílias monoparentais. A resposta do Estado, embora meritória em muitos aspectos, nem sempre conseguiu chegar a todos de forma equitativa, evidenciando a importância de sistemas de proteção social mais inclusivos. A digitalização, por exemplo, foi uma aposta forte, mas a exclusão digital de muitas famílias e pequenas empresas limita o seu alcance.

Olhando para o futuro, a experiência da pandemia deve servir como um catalisador para reformas estruturais. Investir na educação e na formação profissional é crucial para preparar a força de trabalho para um mercado em constante mudança. Na saúde, a modernização do Serviço Nacional de Saúde deve ir além do aumento de recursos, apostando também na prevenção e na literacia em saúde, capacitando os cidadãos para enfrentar crises sanitárias com maior autonomia.

PREPARAÇÃO, TRANSPARÊNCIA, RAPIDEZ E EQUILÍBRIO

O Estado deve reforçar o sistema de saúde, investir na ciência e garantir planos de resposta prontos. Deve comunicar com clareza, agir com rapidez e proteger a saúde sem descuidar a economia nem os direitos fundamentais.



Desenvolvimento Económico Moderno

Por
Lara Maia - 12ºD

O crescimento económico moderno é um fenómeno essencial para o progresso das sociedades, refletindo o aumento contínuo e sustentável da produção de bens e serviços. Este crescimento é impulsionado por diversos fatores interligados, como o avanço tecnológico, o investimento em capital humano, a globalização e o desenvolvimento de infraestruturas. A inovação tecnológica permite que a produção seja mais eficiente e que novos mercados sejam criados, gerando oportunidades de emprego e aumentando a competitividade das empresas. O investimento na qualificação da força de trabalho também é um elemento determinante, já que trabalhadores mais preparados contribuem para uma economia mais dinâmica e produtiva. A globalização, por sua vez, amplia os mercados e facilita a entrada de investimentos estrangeiros, aumentando o fluxo de capitais e as oportunidades de negócios.

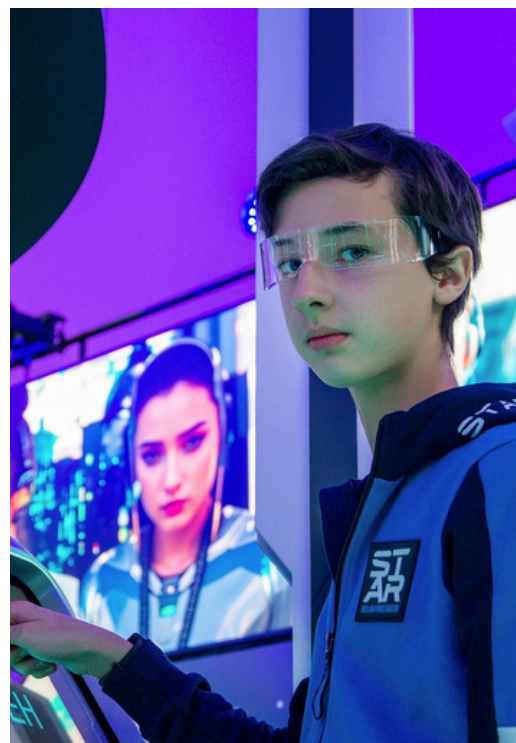
O investimento na qualificação da força de trabalho é um elemento determinante,

Crescimento Económico Moderno

Contudo, o crescimento económico não deve ser analisado apenas em termos de números e expansão do Produto Interno Bruto (PIB). É fundamental que esse crescimento se reflita numa melhoria efetiva das condições de vida da população, com redução das desigualdades sociais e acesso equitativo a serviços essenciais, como saúde, educação e segurança. As políticas económicas desempenham um papel crucial nesse equilíbrio, uma vez que medidas fiscais e monetárias bem direcionadas podem estimular o investimento, controlar a inflação e criar um ambiente favorável ao empreendedorismo.

Além disso, o crescimento económico moderno deve ser sustentável. A exploração desenfreada dos recursos naturais e o impacto ambiental negativo não podem ser ignorados em nome do progresso económico. A aposta em energias renováveis, práticas empresariais responsáveis e políticas ambientais rigorosas é essencial para garantir que o crescimento económico atual não comprometa o bem-estar das gerações futuras.

Outro ponto relevante é a transição do perfil produtivo das economias. No passado, muitas economias baseavam-se fortemente na agricultura, mas o crescimento económico moderno trouxe uma mudança para setores industriais, mais tarde, para os serviços e a tecnologia e, recentemente, para a era digital. Essa transformação cria novas oportunidades de emprego, mas também exige que a força de trabalho se adapte a novos desafios e desenvolva competências mais especializadas.



Em suma, o crescimento económico moderno é um processo complexo que envolve muito mais do que o simples aumento da produção e da riqueza de um país. Para que o crescimento seja verdadeiramente benéfico, deve ser acompanhado de políticas que promovam a justiça social, a proteção ambiental e a melhoria da qualidade de vida da população. O verdadeiro progresso económico não é apenas medido pelo aumento do PIB, mas pela criação de uma sociedade mais equilibrada, inclusiva e sustentável.



**TUDO É
ECONOMIA**

Por
Pedro Monteiro - 12°C

A Globalização e os Desafios Estratégicos da União Europeia

A globalização constitui um dos desafios mais complexos e multifacetados enfrentados pela União Europeia (UE), exigindo uma abordagem equilibrada que harmonize a competitividade económica, a coesão social e a sustentabilidade ambiental. No atual cenário geopolítico e económico, a UE confronta-se com pressões significativas resultantes de transformações tecnológicas aceleradas, crises energéticas, e dinâmicas políticas globais imprevisíveis. Tais desafios requerem respostas estratégicas e coordenadas que garantam a resiliência e a relevância da UE no contexto internacional.

Competitividade Económica e Parcerias Internacionais

No âmbito económico, a União Europeia tem procurado consolidar a sua posição global por meio de uma política comercial aberta e inovadora. A celebração de acordos estratégicos com economias de relevo, como Canadá e Japão, ilustra o empenho da UE em fortalecer laços comerciais e diversificar os seus mercados. Além disso, a aposta na digitalização e na inovação tecnológica revela-se fundamental para garantir a competitividade europeia perante o avanço de potências emergentes, como a China.

Entretanto, o contexto político global pode introduzir novos desafios à globalização e à economia europeia. A possibilidade de um novo mandato presidencial de Donald Trump nos Estados Unidos levanta preocupações quanto à adoção de políticas protecionistas e isolacionistas, que poderiam impactar negativamente as exportações europeias e enfraquecer as relações transatlânticas.

No entanto, essa conjuntura também pode ser vista como uma oportunidade para a UE fortalecer a sua autonomia estratégica e diversificar as suas parcerias comerciais, reduzindo assim a dependência dos EUA e consolidando-se como um líder global em temas como o livre-comércio e a sustentabilidade ambiental

Regulação, Proteção Social e Desigualdades Regionais

A União Europeia distingue-se pelo seu modelo económico e social, que privilegia uma regulação rigorosa e a proteção dos direitos laborais. Contudo, a concorrência com economias que adotam normas laborais e ambientais mais flexíveis representa um obstáculo significativo à manutenção da competitividade europeia. A deslocalização de indústrias para regiões de menor custo tem acelerado processos de desindustrialização e ampliado desigualdades económicas e sociais, afetando especialmente os países do sul e do leste da Europa. Neste contexto, a UE necessita de aprofundar iniciativas que promovam a coesão económica e social, garantindo condições de trabalho justas e preservando os direitos dos trabalhadores. A adoção de políticas que incentivem o desenvolvimento industrial sustentável, a requalificação profissional e o apoio às regiões mais afetadas pela globalização surge como uma estratégia essencial para reduzir os impactos negativos da integração económica global.



Transição Verde e Sustentabilidade

A transição para uma economia verde representa um dos principais desafios e oportunidades para a União Europeia. Como líder global no combate às alterações climáticas, a UE comprometeu-se a atingir a neutralidade carbónica até 2050, através do Pacto Ecológico Europeu. No entanto, as rigorosas regulamentações ambientais impõem custos adicionais à produção europeia, o que pode comprometer a competitividade das indústrias face a regiões que operam através das normas menos exigentes.

Para equilibrar a proteção ambiental com a competitividade económica, torna-se imperativo o desenvolvimento de políticas inovadoras que estimulem a transição ecológica sem comprometer a capacidade produtiva europeia. O investimento em tecnologias limpas, incentivos à economia circular e a promoção de cadeias de abastecimento sustentáveis são estratégias fundamentais para consolidar a liderança europeia na área ambiental.

Autonomia Estratégica e Segurança Energética

A crescente interdependência global tem reforçado a necessidade de a União Europeia desenvolver uma autonomia estratégica robusta, especialmente no setor energético. A guerra na Ucrânia expôs a vulnerabilidade europeia diante da dependência de fontes energéticas russas, evidenciando a urgência de diversificação das matrizes energéticas e de reconfiguração das cadeias de abastecimento.

Nesse sentido, a UE tem intensificado esforços para estabelecer parcerias energéticas alternativas, investindo em fontes renováveis e no desenvolvimento de infraestruturas energéticas resilientes. Contudo, a busca por fornecedores alternativos tem-se revelado desafiadora, tornando necessário um reforço da política energética europeia e uma maior integração dos mercados energéticos dos Estados-membros

A globalização impõe desafios significativos à União Europeia, exigindo uma abordagem estratégica e adaptável para garantir o equilíbrio entre competitividade económica, coesão social e sustentabilidade ambiental. Frente a um cenário internacional dinâmico e incerto, a UE precisa reforçar a sua resiliência, consolidar a sua autonomia estratégica e continuar a liderar em áreas-chave, como a transição verde e a regulação do mercado global. Somente por meio de uma ação coordenada e inovadora, a União Europeia poderá assegurar sua posição de protagonismo no cenário global e enfrentar com êxito os desafios impostos pela globalização.



O estudo da Católica Lisbon School of Business & Economics destaca a importância da eletrificação do sector dos transportes para atingir as metas de neutralidade carbónica até 2050, sublinhando a necessidade de políticas públicas de incentivo e de maior investimento em pontos de carregamento. Por outro lado, a Autoridade da Concorrência chama a atenção para barreiras que dificultam a concorrência no sector, sugerindo recomendações para otimizar a distribuição e o acesso à rede de carregamento.

**TUDO É
ECONOMIA**

OS VEÍCULOS ELÉTRICOS EM PORTUGAL: OPORTUNIDADES E DESAFIOS

Por
Rui Silva - 12°C

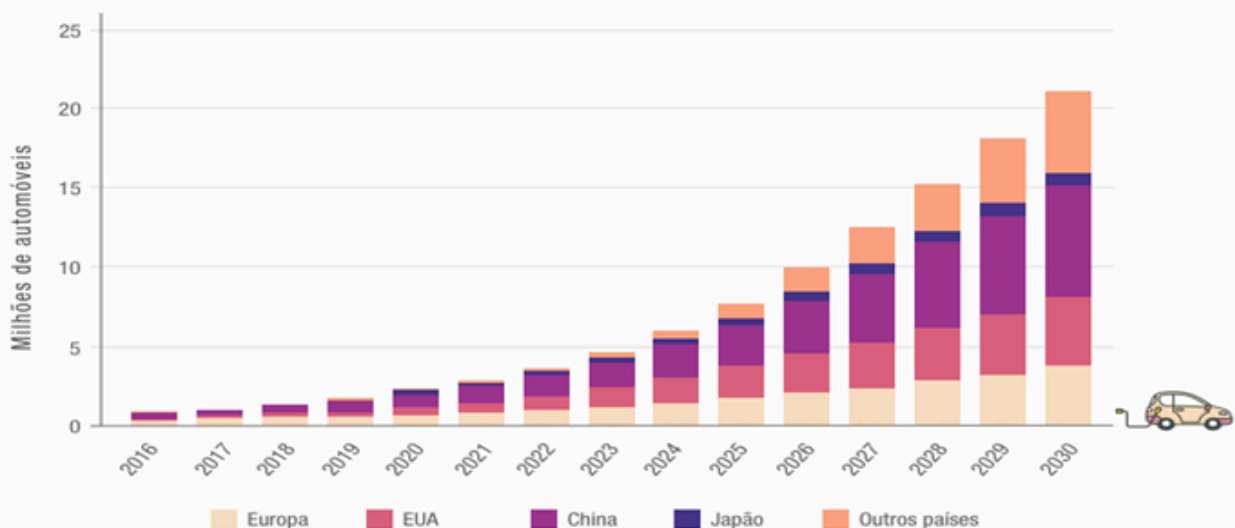
A mobilidade elétrica tem sido amplamente debatida em Portugal e na União Europeia como uma alternativa para reduzir as emissões de carbono e promover a sustentabilidade ambiental. No entanto, apesar das vantagens evidentes, ainda persistem desafios económicos e estruturais que devem ser superados para garantir uma integração eficaz na sociedade.

Os estudos analisados demonstram que Portugal tem registado progressos significativos no sector da mobilidade elétrica, com um aumento na adesão a veículos elétricos e esforços para expandir a infraestrutura de carregamento.



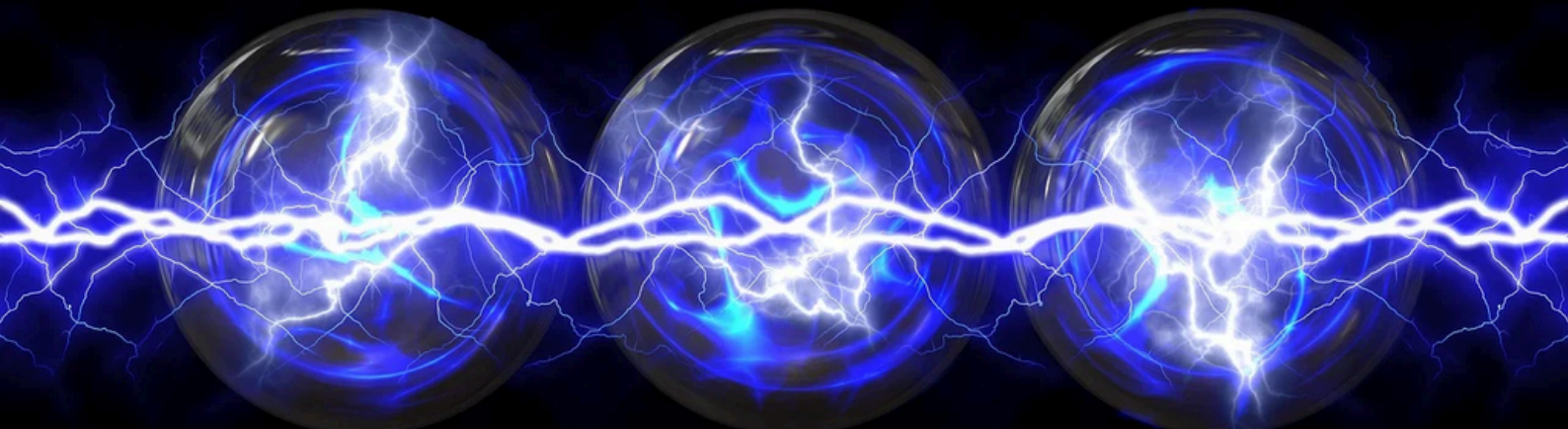
Crescimento do mercado de veículos elétricos no mundo

Em 2030, serão vendidos mais de 20 milhões de veículos elétricos



EM 2040, ENTRE 35 % E 47 % DOS CARROS NOVOS TERÃO UM MOTOR ELÉTRICO

Fonte: Bloomberg New Energy Finance.



IMPACTO AMBIENTAL

O impacto ambiental dos veículos elétricos é um dos principais argumentos a favor desta transição. Um exemplo é o artigo publicado pela UVE – Associação de Utilizadores de Veículos Elétricos, disponível no seu site oficial (www.uve.pt), que defende que a redução do número de veículos particulares, aliada ao investimento nos transportes públicos elétricos e na mobilidade suave (como bicicletas e trotinetes elétricas), é essencial para garantir uma mobilidade mais sustentável. A UVE é uma associação portuguesa que promove o uso de veículos elétricos e informa os consumidores sobre as vantagens e desafios da mobilidade elétrica. No entanto, o estudo sobre a reciclagem de baterias e a gestão de resíduos levanta questões sobre os impactos a longo prazo deste sector. Se a eletricidade utilizada para carregar os veículos não for proveniente de fontes renováveis, os benefícios ambientais podem ser significativamente reduzidos. Além disso, a produção de baterias depende de matérias-primas cuja extração pode ter impactos ambientais severos e criar dependências estratégicas a nível internacional.

DESAFIOS

Outro aspeto relevante é a perceção do consumidor. Estudos indicam que ainda existem preocupações relacionadas com a autonomia dos veículos, a disponibilidade de carregadores e o custo elevado dos modelos elétricos.

Apesar dos incentivos governamentais, o preço inicial de um veículo elétrico continua a ser um entrave para muitos condutores.



TUDO É
ECONOMIA



SER JOVEM

HOJE

Por
Cláudia Coelho - 12ºD

A juventude atual enfrenta uma série de desafios que impactam a sua saúde, o seu futuro académico e profissional, a sua relação com a tecnologia e a sua identidade cultural. A forma como estes desafios são abordados tem um impacto profundo no bem-estar dos jovens e na forma como se irão adaptar às exigências de um mundo cada vez mais digital, globalizado e competitivo. Para garantir um futuro mais sustentável e equilibrado, é essencial que políticas públicas mais inclusivas e apoios adequados à saúde mental sejam implementados, enquanto as oportunidades de educação e trabalho evoluem para responder às necessidades desta geração.



ESTILOS DE VIDA

A juventude atual enfrenta uma série de desafios que afetam profundamente a sua vida quotidiana, o seu futuro académico e profissional, bem como a sua saúde física e mental. A saúde física tem sido prejudicada pelo estilo de vida sedentário, com muitos jovens a passarem horas em frente a ecrãs, seja em computadores, telemóveis ou tablets. Este comportamento, associado a uma alimentação pobre em nutrientes e rica em alimentos ultraprocessados, tem contribuído para o aumento de doenças que antes eram mais comuns em adultos, como obesidade e diabetes tipo 2. Além disso, a falta de sono, agravada pelo uso excessivo de dispositivos eletrónicos durante a noite, tem impacto negativo na capacidade de concentração e no bem-estar emocional dos jovens. A saúde mental tem sido igualmente afetada, com níveis elevados de ansiedade e depressão, em grande parte devido à pressão gerada pelas redes sociais e pela comparação com padrões de beleza e sucesso irrealistas. A constante procura por uma imagem perfeita, aliada à pressão académica, tem levado muitos jovens a sentirem-se sobrecarregados e incompreendidos.



TRABALHO

Os desafios económicos que os jovens enfrentam atualmente são significativos. O desemprego jovem continua a ser um problema grave em muitos países, incluindo Portugal, onde muitos jovens têm dificuldade em encontrar trabalho estável, sendo forçados a aceitar empregos temporários ou mal remunerados. A exigência de experiência para posições de entrada no mercado de trabalho tem tornado a inserção profissional ainda mais difícil. O aumento do custo de vida, nomeadamente a educação e a habitação, tem forçado muitos jovens a permanecer em casa dos pais por mais tempo ou a viver em condições partilhadas. Os salários iniciais muitas vezes não são suficientes para cobrir essas despesas, tornando a independência financeira um objetivo distante para muitos. Em resposta a essas dificuldades, muitos jovens recorrem ao empreendedorismo e ao trabalho digital, embora encontrem obstáculos como a burocracia e a carga fiscal. A instabilidade económica global e a automatização de empregos criam uma sensação de incerteza no futuro, fazendo com que os jovens precisem de se adaptar constantemente e adquirir novas competências para se manterem competitivos no mercado de trabalho.

É preciso encontrar um equilíbrio entre o mundo virtual e o mundo real.



TECNOLOGIA

Em termos de tecnologia, os jovens de hoje têm acesso instantâneo a uma quantidade imensa de informação, o que facilita o seu aprendizado e desenvolvimento de novas competências. A digitalização da educação tem permitido um ensino mais dinâmico e flexível, com cursos online a serem uma alternativa crescente ao ensino tradicional. Contudo, a dependência dos dispositivos eletrônicos tem trazido consequências negativas para a saúde, como a insónia, o sedentarismo e a falta de concentração. As redes sociais, embora tenham facilitado a comunicação e o acesso a conteúdos, também têm gerado efeitos adversos, como ansiedade, depressão e problemas de autoestima, principalmente pela constante comparação com os outros e a exposição a padrões de vida irreais. A segurança digital também se tornou uma preocupação crescente, com muitos jovens a estarem expostos a riscos como fraudes e cyberbullying.



CULTURA

A cultura pop, que inclui a música, o cinema, as séries e os videojogos, tem um impacto profundo na formação da identidade dos jovens. Estes elementos culturais influenciam não só a forma como os jovens se expressam, mas também moldam os seus valores e comportamentos. A relação dos jovens com a cultura pop é muito mais interativa do que nas gerações anteriores, uma vez que as redes sociais permitem uma produção e consumo de conteúdo de forma mais ativa e personalizada. Através de plataformas como o YouTube, TikTok e Spotify, os jovens estão constantemente a criar e partilhar conteúdo, ao mesmo tempo que consomem aquilo que outros produzem, o que altera profundamente a maneira como se relacionam com a cultura e com os outros.



EDUCAÇÃO

No que diz respeito à educação e ao futuro académico, a forma como os jovens encaram o sistema educacional tem mudado significativamente. A crescente digitalização da educação oferece uma maior flexibilidade, mas também traz desafios, como a falta de contacto humano e a necessidade de adaptação a novas formas de aprender. A pressão para escolher uma carreira e alcançar um sucesso imediato tem aumentado, especialmente com as incertezas no mercado de trabalho causadas pela automatização e inteligência artificial. O ensino tradicional ainda desempenha um papel importante, mas a formação contínua e os cursos online estão a ganhar popularidade, permitindo que os jovens adquiram novas competências de forma mais rápida e acessível. Contudo, a insegurança sobre o futuro profissional persiste, dado o dinamismo e a imprevisibilidade do mercado de trabalho.

FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE FUTEBOL

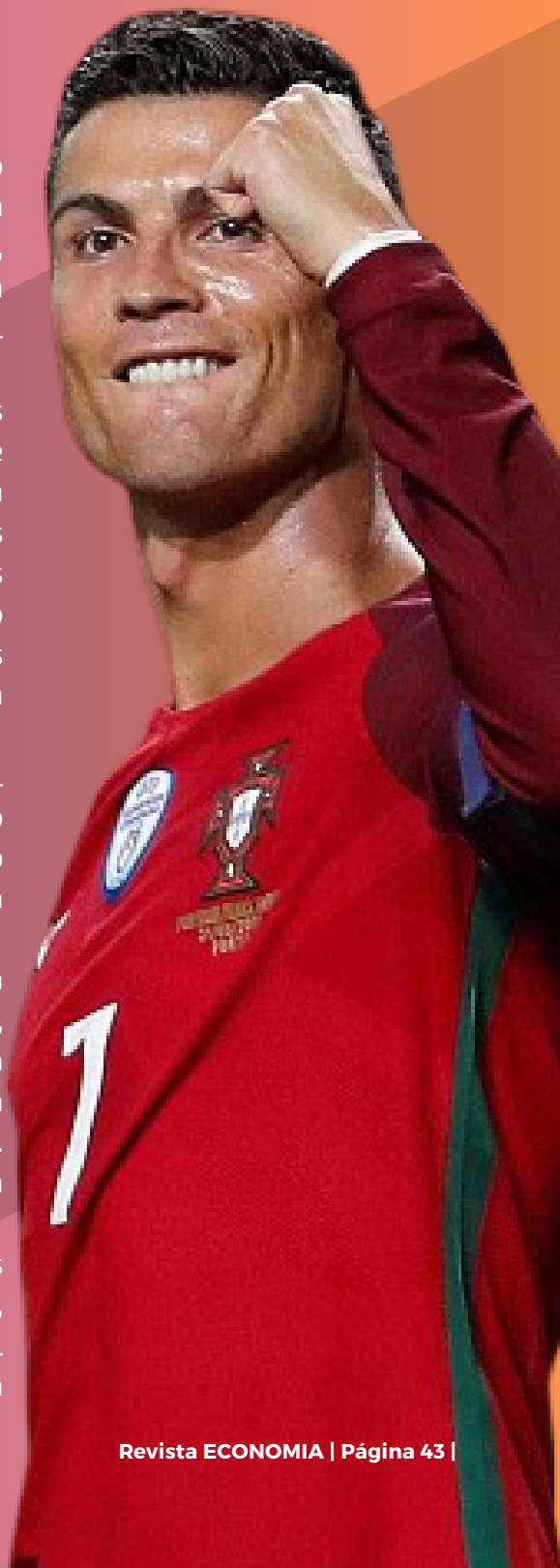
Por
Tiago Costa - 12°C

A Federação Portuguesa de Futebol tem um papel fundamental no desporto nacional. Graças ao seu trabalho, o futebol em Portugal continua a crescer e a inspirar novas gerações.

A Federação Portuguesa de Futebol (FPF) é muito mais do que uma organização que gere o futebol em Portugal. É uma instituição que representa o país, promove valores como o respeito, o trabalho em equipa e a superação, e leva o nome de Portugal além-fronteiras.

Criada em 1914, a FPF tem como função organizar os campeonatos de futebol nacionais, como a Taça de Portugal, a Supertaça e outros torneios. Também gere as selecções nacionais – desde os mais jovens até à equipa principal. Graças ao trabalho da FPF, os nossos jogadores têm condições para competir ao mais alto nível, e foi assim que conseguimos vitórias históricas, como o Euro 2016 e a Liga das Nações em 2019.

Mas o papel da FPF não se limita ao futebol masculino. A federação apoia o desenvolvimento do futebol feminino, do futsal e do futebol de praia. Isto mostra uma preocupação com a inclusão e a igualdade de oportunidades, o que é muito positivo. Outro aspeto importante é o investimento na formação de jovens. Através de centros de treino, escolas de futebol e projetos educativos, a FPF ajuda milhares de crianças e adolescentes a praticarem desporto com regras, segurança e acompanhamento. Para muitos, o futebol é uma paixão, mas também uma oportunidade de aprender disciplina e respeito. Apesar do bom trabalho feito, como em todas as instituições, é importante haver transparência, responsabilidade e atenção às críticas. O futebol move paixões e envolve muito dinheiro, por isso a FPF tem o dever de agir sempre com seriedade.





AGRUPAMENTO
DE ESCOLAS DE
LORDELO

«Ninguém ignora tudo. Ninguém sabe tudo. Todos nós sabemos alguma coisa. Todos nós ignoramos alguma coisa. Por isso aprendemos sempre.»

Paulo Freire

A importância do ato de ler. São Paulo: Cortez, 1989.

Edição: Alunos do 12°C e 12°D (ciclo de formação - 2022/2025)

Carla Oliveira (professora de Economia)



EDUCAÇÃO, CIÊNCIA
E INOVAÇÃO



Os Fundos Europeus mais próximos de si.



Cofinanciado pela
União Europeia